

MANUAL DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO



Polícia e Comunidade na
Construção da Segurança

distribuição gratuita

Presidente da República
Luis Inácio Lula da Silva

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Paulo de Tarso Vannuchi



POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Polícia e Comunidade na
Construção da Segurança

Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo
Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança [recurso eletrônico] / Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP). – Dados eletrônicos. - 2009.

104 p.

Disponível em formato pdf

Inclui anexo e bibliografia

1. Policiamento 2. Segurança Pública I. Título

“Este livro foi produzido por meio de convênio firmado entre o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo e o Programa de Apoio Institucional às Ouvidorias de Polícia e Policiamento Comunitário da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, financiado pela União Européia. O conteúdo desta obra é de responsabilidade exclusiva do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo”.



**Secretaria Nacional
da Segurança Pública**

**Ministério
da Justiça**

**Secretaria Especial
dos Direitos Humanos**



Sumário

APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	13
POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: ALGUNS CONCEITOS	13
AS QUATRO CARACTERÍSTICAS DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	15
QUAL A IMPORTÂNCIA DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO?	16
CAPÍTULO 1 PASSOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	21
1º PASSO – IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA	22
2º PASSO – ANÁLISE DO PROBLEMA	27
3º PASSO - PLANEJAMENTO	32
4º PASSO – IMPLEMENTAÇÃO DE PROVIDÊNCIAS	40
5º PASSO – AVALIAÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS IMPLEMENTADAS	47
CAPÍTULO 2 MEMÓRIA DO PROJETO	53
CAPÍTULO 3 AVANÇOS E OBSTÁCULOS	61
ANEXOS	67
CRIANÇAS: PREVENÇÃO DE ACIDENTES	
Futebol Seguro: “Bom de Bola, Bom na Escola.”	67
CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DROGAS	
PROCIN (Promovendo Cidadania)	68

Sumário

CRIANÇAS: PREVENÇÃO DE ACIDENTES	
Companhia Solidária	70
IDOSOS: PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E ACIDENTES	
Apoio 65 - Idosos em Segurança	72
ÍNDIGENAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS: ÁLCOOL E DROGAS	
Ação Inclusiva (PROERD)	73
JOVENS: VULNERABILIDADE E CRIMINALIDADE	
Esporte à Meia-Noite	75
Fica Vivo!	78
Galera Nota 10	80
PEDESTRES: PREVENÇÃO DE ATROPELAMENTOS	
Projeto Canteiros: Colhendo Segurança e Beleza para a Comunidade do Jardim Ranieri e Adjacências	82
RESIDÊNCIAS: ASSALTOS E FURTOS	
Rede de Vizinhos Protegidos	83
“Sem lugar para correr sem lugar para se esconder” (<i>“Nowhere to run to nowhere to hide”</i>)	85
COMÉRCIO: ASSALTOS E FURTOS	
Base Comunitária Móvel	86
PROGRAMAS DE VIGILÂNCIA DE BAIRRO	
	88
GLOSSÁRIO	93
GLOSSÁRIO DE INSTITUIÇÕES	96
SIGLAS UTILIZADAS	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99



POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Polícia e Comunidade na
Construção da Segurança



Apresentação

Nancy Cardia

O policiamento comunitário, hoje em dia, encontra-se amplamente disseminado nos países economicamente mais desenvolvidos. Sem dúvida isso é uma conquista desses países, pois essa é a forma de policiamento que mais se aproxima das aspirações da população: ter uma polícia que trabalhe próxima da comunidade e na qual ela possa crer e confiar.

Acreditar e confiar na polícia são considerados elementos essenciais para que a polícia possa ter legitimidade para aplicar as leis, isto é, para a polícia ser percebida pela população como tendo um direito legítimo de restringir comportamentos, retirar a liberdade de cidadãos e, em casos extremos, até mesmo a vida.

Ter legitimidade para aplicar as leis significa poder contar com o apoio e a colaboração da população para exercer seu papel. Isso difere da falta de reação da população às ações da polícia, quer por apatia ou por medo, ou ainda, da reação daqueles que delinquem. Em qualquer um desses casos a reação da população já sugere que há um déficit de confiança na polícia.

Nos países economicamente mais desenvolvidos, a adoção do policiamento comunitário decorreu da constatação de que os modelos de policiamento em vigência não eram mais eficazes diante dos novos padrões de violência urbana que emergiram no fim dos anos 1960 e meados dos anos 1970. Ao longo desse período, cresceram, em muitos desses países, tanto diferentes formas de violência criminal como também manifestações coletivas (pacíficas ou não) por melhor acesso a direitos. O desempenho das polícias em coibir a violência criminal ou ao conter (ou reprimir) as manifestações coletivas adquiriu grande visibilidade e saliência, resultando em muitas críticas. Em decorrência disso, houve, em vários países, forte deterioração da imagem das forças policiais junto à população.

Uma pior imagem tem impacto na credibilidade da população na polícia. A falta ou baixa credibilidade afeta o desempenho da polícia no esclarecimento de delitos e, até mesmo, no registro de ocorrências. De maneira geral, quando não há confiança, a população hesita em relatar à polícia que foi vítima de violência ou, até mesmo, de fornecer informações que poderiam auxiliar a polícia a esclarecer muitos delitos.

O policiamento comunitário foi adotado nesses países como uma forma de melhorar o relacionamento entre a polícia e a sociedade. Para isso, procurou reconstruir a credibilidade e a confiança do público na polícia e, desse modo, melhorar o desempenho dela na contenção da violência urbana.

A adoção desse tipo de policiamento não só exige empenho das autoridades e da comunidade, mas, sobretudo, mudança na cultura policial: requer retreinamento dos envolvidos, alteração na estrutura de poder de tomada de decisão com maior autonomia para os policiais que estão nas ruas; alteração nas rotinas de administração de recursos humanos, com a fixação de policiais a territórios; mudanças nas práticas de controle interno e externo e de desempenho, entre outros. Essas mudanças, por sua vez, exigem também que a decisão de implementar o policiamento comunitário seja uma política de governo, entendendo-se que tal decisão irá atravessar diferentes administrações: o policiamento comunitário leva anos para ser totalmente integrado pelas forças policiais.

No Brasil, ocorreram, ao longo dos últimos 18 anos, várias tentativas de implementar o policiamento comunitário. Quase todas as experiências foram, nos diferentes Estados, lideradas pela Polícia Militar: a) em 1991, a Polícia Militar de São Paulo promoveu um Seminário Internacional sobre o Policiamento Comunitário abordando os obstáculos para esse tipo de policiamento; b) em 1997, ainda em São Paulo projetos piloto foram implantados em algumas áreas da capital; c) nessa mesma época, no Espírito Santo e em algumas cidades do interior do Estado, também houve experimentos com policiamento comunitário; o mesmo se deu na cidade do Rio de Janeiro nos morros do Pavão e Pavãozinho com a experiência do GEPAE.

Apesar de não ter havido uma avaliação dessas experiências, os relatos dos envolvidos, tanto de policiais como da população, revelam satisfação com o processo e com os resultados e insatisfação com o término das mesmas.

Ao longo desses últimos anos a violência urbana continuou a crescer e passou a atingir cidades que antes pareciam menos vulneráveis - aquelas de médio e pequeno porte. Nesse período, a população continuou a cobrar das autoridades uma melhora na eficiência das polícias. Essa melhora não depende só das autoridades, depende também da crença que a população tem na polícia: crença que as pessoas podem ajudar a polícia com informações e que essas serão usadas para identificar e punir responsáveis por delitos e não para colocar em risco a vida daqueles que tentaram ajudar a polícia a cumprir seu papel.

Sem a colaboração do público, a polícia não pode melhorar seu desempenho e essa colaboração exige confiança. A experiência tem demonstrado que o policiamento comunitário é um caminho seguro para se reconstruir a confiança e credibilidade do público na polícia.

Este manual tem como objetivo mostrar os passos básicos para se realizar o policiamento comunitário. Através do relato de três experiências realizadas em diferentes Estados brasileiros será demonstrado como a população e a polícia podem trabalhar juntas.

Esperamos que este manual sirva de incentivo para policiais e grupos de cidadãos ativos em suas comunidades dialogarem com as autoridades da segurança pública para adotarem o policiamento comunitário.



POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Polícia e Comunidade na
Construção da Segurança

A polícia pode adotar diferentes formas de policiamento. Uma delas é o policiamento comunitário, um tipo de policiamento que se expandiu durante as décadas de 1970 e 1980 quando as polícias de vários países introduziram uma série de inovações em suas estruturas e estratégias para lidar com o problema da criminalidade. Apesar de essas experiências terem diferentes características, todas tiveram um aspecto comum: a introdução ou o fortalecimento da participação da comunidade nas questões de segurança.

Isso significa que as pessoas de uma determinada área passaram não só a participar das discussões sobre segurança e ajudar a estabelecer prioridades e estratégias de ação como também a compartilhar com a polícia a responsabilidade pela segurança da sua região. Essas mudanças tiveram como objetivo melhorar as respostas dadas aos problemas de segurança pública, tornando tanto a polícia mais eficaz e reconhecida como também a população mais ativa e participativa nesse processo. É interessante notar que a Constituição brasileira ratifica esse tipo de policiamento ao estabelecer, em seu artigo 114, que a segurança pública não é apenas dever do Estado e direito dos cidadãos, mas responsabilidade de todos.

Essa nova forma de “fazer a segurança pública” é também resultado do processo de democratização das polícias. Em sociedades democráticas, as polícias desempenham várias outras funções além de lidar com o crime. Exige-se que ela esteja constantemente atenta aos problemas que interferem na segurança e bem-estar das pessoas e atenda às necessidades da população tanto de forma reativa (pronto-atendimento) como também pró-ativa (prevenção). Os cidadãos, por sua vez, têm o direito e a responsabilidade de participar no modo como esse policiamento é realizado.

Policiamento Comunitário: Alguns Conceitos¹

Diante da diversidade de conceitos sobre policiamento comunitário, faremos uma breve apresentação de como os autores têm abordado o tema. É importante salientar que as várias definições passaram por um longo processo de amadurecimento, sendo alteradas ao longo do tempo, à medida que foram realizados estudos sobre o tema.

David Bayley e Jerome Skolnick (2001), os primeiros estudiosos sobre policiamento comunitário nos Estados Unidos, indicam quatro principais características

¹ Sumário extraído a partir do texto: *Policiamento Comunitário: Visões, Tendências e Perspectivas*, de Paulo de Mesquita Neto (no prelo).

desse tipo de policiamento: 1) relação de reciprocidade entre a polícia e a população; 2) descentralização do comando por área; 3) reorientação da patrulha de modo a engajar a comunidade na prevenção do crime; 4) emprego de civis na polícia e no trabalho de policiamento. Ao refinarem essas definições, passaram a dar maior ênfase aos seguintes aspectos: 1) trabalho voltado para a prevenção do crime com base na comunidade; 2) reorientação das atividades do trabalho policial para ênfase aos serviços não-emergenciais; 3) responsabilização da polícia em relação à comunidade; 4) descentralização do comando. Mais recentemente, entretanto, Bayley (1998) redefiniu seu conceito de policiamento comunitário a partir de quatro características fundamentais:

- 1) realização de consultas à população sobre problemas, prioridades e estratégias de resolução;
- 2) estratégia policial voltada para áreas e problemas específicos;
- 3) mobilização da comunidade para autoproteção e para resolução de problemas que geram crimes;
- 4) foco das ações na resolução de problemas geradores de crime e desordem (prevenção).

Outra definição, bastante prática, é adotada pela *Police Foundation* – Fundação da Polícia, organização voltada para pesquisa e difusão de conhecimento sobre temas relacionados à polícia, sediada em Washington DC, Estados Unidos, segundo a qual o policiamento comunitário é baseado em três elementos: 1) o trabalho da polícia é resolver problemas e não apenas responder a incidentes; 2) a polícia deve se preocupar com problemas relacionados à desordem e à incivilidade tanto quanto se ocupa com crimes graves; 3) a redução do crime e da desordem implica que a polícia trabalhe cooperativamente com a população de cada bairro para identificar suas preocupações e resolver seus problemas.

Na América Latina e Brasil, por sua vez, os autores enfatizam o policiamento comunitário como um trabalho realizado em parceria com a população, através da prevenção dos crimes.

O livro “Policiamento comunitário: como começar?”, no original, “*Community policing: how to get started*”, de Robert Trojanowicz e Bonnie Bucqueroux (1999), um dos primeiros trabalhos estrangeiros traduzidos para o português, oferece conceitos e definições mais operacionais a respeito do policiamento comunitário. Conceitualmente, policiamento comunitário é definido como filosofia e estratégia organizacional que proporcionam uma nova parceria entre a população e a polícia, baseada na premissa de que ambos devem trabalhar, conjuntamente, na construção da segurança pública. Operacionalmente, definem o policiamento comunitário como a filosofia de policiamento adaptado às exigências do público que é atendido, em que o policial presta um serviço completo. Isso significa que o mesmo policial realiza patrulhas e trabalha em uma mesma área, em uma base permanente, atuando em parceria com a população desse entorno.

Comum a todos os autores é a associação entre policiamento comunitário e policiamento orientado para problemas. O que varia é a ênfase que cada autor dá a uma ou outra característica em sua definição de policiamento comunitário. Enquan-

to para alguns autores o foco inicial do trabalho é a aproximação da polícia com a comunidade de uma determinada área para, a partir disso, identificar os problemas e buscar soluções, para outros o processo é inverso. A partir da identificação de problemas e da busca de soluções é que ocorre essa aproximação sendo, portanto, um trabalho mais orientado para problemas.

Sherman (1995) é o autor que aponta importantes diferenças na origem dos dois tipos de policiamento. Apresenta que o policiamento comunitário foi uma resposta à crise de legitimidade pela qual passou a polícia norte-americana durante os períodos de conflito com grupos minoritários e raciais, na década de 1960. Em razão disso, sua ênfase é a reaproximação e o estabelecimento de um novo padrão de relacionamento com a comunidade. O policiamento orientado para problemas, por sua vez, surge como uma estratégia para superar outra crise na polícia, que dizia respeito aos seus resultados. Durante os anos 70 percebeu-se que as formas tradicionais de policiamento não estavam sendo eficientes na prevenção do crime. O trabalho policial passou então a incorporar atividades para a resolução de problemas que tinham relação com o aumento da criminalidade e, dessa forma, começou a apresentar resultados positivos. Apesar das diferentes origens, essas duas modalidades, quando combinadas, têm melhores resultados do que quando aplicadas isoladamente.

Por fim, é importante salientar que o policiamento comunitário não é apenas um conjunto particular de programas operacionais desenvolvidos pela polícia ou uma forma de gerir as organizações policiais. É, sobretudo, uma nova filosofia, estratégia ou estilo de policiamento que pode ser efetuado de diversas formas, sob os mais variados programas e tipos de gestão organizacional, dependendo do contexto específico no qual é implementado.

As Quatro Características do Policiamento Comunitário

Destacaremos 4 características comuns a esse tipo de policiamento:

1ª característica: relação de confiança.

O policiamento comunitário só ocorre onde há uma relação de proximidade e confiança recíproca entre polícia e população. Isso permite a realização de um trabalho conjunto no qual ambos compartilham as tarefas e responsabilidades. Em locais onde essa relação encontra-se deteriorada ou não existe, o primeiro esforço deve ser para desenvolver estratégias que favoreçam a aproximação e a confiança entre ambos.

2ª característica: descentralização da atividade policial.

Para que o policial contribua para o bem-estar da comunidade, é necessário que ele esteja integrado às pessoas que nela vivem, conheça o seu cotidiano e tenha alguma autonomia para tomar iniciativas nas atividades de segurança local. Essa interação com a comunidade permite que o policial conheça as lideranças locais e levante informações fundamentais para o seu trabalho.

3ª característica: ênfase nos serviços não emergenciais.

No policiamento comunitário as atividades são orientadas, prioritariamente, para a prevenção do crime e resolução de conflitos na sua origem, tendo como base a comunidade. Através do trabalho preventivo, tanto a comunidade assume um papel mais ativo em relação à segurança como a polícia assume funções que não se limitam apenas à repressão ou aos atendimentos emergenciais. O trabalho preventivo é fundamental, porque, quando bem realizado, suas ações possuem grande poder para minimizar ou, até mesmo, evitar que problemas se desdobrem em situações mais complexas e de maior perigo. Isso, conseqüentemente, diminui, inclusive, a demanda da polícia por atendimentos emergenciais.

4ª característica: ação integrada entre diferentes órgãos e atores.

No policiamento comunitário as ações não são realizadas apenas pela polícia. Como já dito anteriormente, além da participação da comunidade é necessário também buscar a colaboração de outros representantes públicos, como prefeitura, hospitais, escolas, concessionárias de energia e saneamento, Ministério Público, Ouvidorias de Polícia, entre outros. Essa coordenação de diversas instituições é fundamental, porque muitos problemas de segurança exigem providências que não dizem respeito apenas à polícia, mas também a outros serviços públicos. O resultado desse esforço conjunto acaba sendo um novo olhar e nova atitude diante dos problemas de segurança e do próprio trabalho policial.

Qual a importância do policiamento comunitário?

É interessante notar que quando perguntamos às pessoas qual é a polícia que gostariam de ter, a maioria cita características próprias do policiamento comunitário, mesmo sem nomeá-lo como tal. Assim, quando falam sobre como gostariam de ser atendidas pela polícia, o comportamento e os resultados que esperam dos policiais, descrevem o policiamento comunitário.

Pesquisas realizadas pelo NEV/USP revelam ainda que pessoas que experienciaram o policiamento comunitário relatam sua satisfação com seus resultados. Apesar de não existirem trabalhos sistemáticos de avaliação dessas experiências, seus participantes relatam o impacto positivo que esse tipo de policiamento produziu na sensação de segurança das pessoas que viviam nas áreas onde foi implementado. Da mesma forma, policiais que estiveram envolvidos nessas ações também apontaram sua satisfação em ver implementadas medidas que resultaram em benefícios à comunidade e que aumentaram a sua autoestima enquanto profissional.

Uma comparação entre o policiamento comunitário e o policiamento tradicional pode mostrar que esses dois modelos de forma alguma se excluem, mas se complementam de maneira fundamental:

Policiamento tradicional.

De maneira geral, o trabalho do policiamento tradicional foca o atendimento de *ocorrências ou incidentes específicos*: informados de uma situação emergencial, os policiais devem chegar o mais rápido possível ao local, dar a solução possível ao

problema e retornar aos seus postos, ficando novamente disponíveis para outras solicitações. Os policiais de patrulhamento reconhecem que essa atividade é pontual e tem a importantíssima função de *minimizar os estragos* causados pelos problemas de segurança, mas que não é uma ação eficiente para *solucioná-los plenamente*.

Para escapar desse ciclo, experiências nacionais e estrangeiras demonstram que a polícia pode orientar suas ações para a *resolução de problemas*, ao invés de focar sua atividade somente no atendimento de incidentes. Isso exige que desenvolva a capacidade de identificar as *origens* e buscar *soluções duradouras* para crimes e problemas de segurança recorrentes. Mas como fazer isso?

Policiamento comunitário.

Uma maneira encontrada é unir esforços com programas de policiamento comunitário. São programas que procuram aumentar o *número de atores* envolvidos e as oportunidades para *discutirem e identificarem* as origens dos problemas, propor *metas e estratégias mais eficazes e menos custosas* para solucioná-los, pressionar o poder público para a *mobilização dos recursos* necessários e *supervisionar* os resultados das ações realizadas.

Enquanto no policiamento tradicional a polícia atua de forma pontual, quando o problema já está colocado, no policiamento comunitário ela atua integrada à comunidade, desenvolvendo um trabalho de prevenção. A prevenção pode ser realizada em dois níveis:

Prevenção primária: para impedir o surgimento de um problema de segurança.

Prevenção secundária: para evitar que um problema já existente tome grandes proporções, dissemine-se ou cresça.

Esse modo de trabalho é bastante eficiente, porque ao se antecipar aos problemas é muito mais fácil, rápido e barato resolvê-los do que quando esses se tornam crônicos. Além de gerar uma economia de recursos, podem apresentar resultados concretos aos envolvidos e, principalmente, proporcionar a sensação de maior segurança.

No policiamento comunitário as questões de segurança são tratadas junto com a população, tanto na definição de quais devem ser as prioridades da polícia, como as estratégias de policiamento que querem ver implementadas. Nesse modo de policiamento, a polícia, além de prestar contas de suas atividades e resultados às autoridades legais, presta também contas aos cidadãos a quem atende.

Quem são os atores principais e seus papéis no policiamento comunitário?

Em um programa de policiamento comunitário, três atores têm especial importância: polícia militar, polícia civil e sociedade civil.

A **polícia militar** tem como funções principais inibir possíveis atos criminosos a partir da sua presença visível (por isso o uso de uniforme) e constante (policiamento ostensivo) nos espaços públicos, e quando necessário localizar infratores e efetuar prisões de acordo com lei.

Ainda conforme resultados de pesquisas realizadas pelo NEV/USP, mesmo policiais militares que não participaram de programas de policiamento comunitário relatam que uma maior proximidade com a comunidade melhora tanto sua imagem quanto a eficácia de seu trabalho, pois é estabelecida uma relação de confiança que permite respeito recíproco e que resulta no auxílio da população no repasse de informações que auxiliem o trabalho da polícia. Já os policiais militares que participaram de programas bem-sucedidos de policiamento comunitário relatam a importância dos conselhos comunitários de segurança, especialmente para a definição de metas e estratégias de trabalho, bem como na participação e divisão de responsabilidades com representantes de outros órgãos, como prefeituras e empresas de fornecimento de água e energia, por exemplo.

A **polícia civil** atua após a ocorrência de um crime. Ela é a encarregada de registrar (registro do B.O. - Boletim de Ocorrência) e investigar ocorrências, e é responsável pela prisão de acusados de infringir a lei. Cuida do inquérito policial, que é comandado por um delegado, onde são reunidas as provas e ouvidas as testemunhas sobre o que aconteceu. Esse inquérito é o documento enviados pelos delegados aos promotores para iniciarem ou não os processos judiciais.

A polícia civil tem um papel fundamental no policiamento comunitário, pois muitos dos impasses enfrentados por ela para desempenhar sua função de maneira eficiente são os mesmos que um *efetivo* programa de policiamento comunitário visa resolver. Entre esses problemas, por exemplo, está o desconhecimento das verdadeiras funções e limites de estrutura da polícia civil pelo público, criando expectativas que não competem à polícia satisfazer, como manter preso um acusado que recebeu autorização judicial para responder ao processo em liberdade, prestar assistência psicológica a vítimas, ou mesmo resolver desentendimentos não-violentos entre casais.

A proposta de aproximação entre polícia e público realizada pelo policiamento comunitário toca diretamente nessa questão, pois a troca de informações e as oportunidades para em conjunto debaterem problemas relacionados à segurança da comunidade não só promovem, mas exigem que os atores envolvidos conheçam e reconheçam as funções e realidades de cada um. Nesse trabalho coletivo é que a comunidade consegue entender os limites de atuação da polícia e a polícia entender quais são as demandas que a comunidade tem em relação à segurança. A partir disso podem dar início à construção de alternativas para solucionar problemas que não são competência direta de nenhum desses atores.

Do mesmo modo, problemas como a carência de recursos material e humano nas polícias, a falta de integração entre elas, disputas hierárquicas e burocracia excessiva do trabalho são questões que também podem ser tratadas pelos programas de policiamento comunitário, na medida em que as duas polícias são chamadas a trabalhar em conjunto e a população passa a conhecer mais os seus problemas, podendo apoiar as reivindicações das corporações por melhores condições de trabalho.

Já a **sociedade civil** compreende desde os cidadãos, líderes ou representan-

tes comunitários, até entidades do terceiro setor, associações de bairro, sindicatos e conselhos profissionais, ONGs e institutos de pesquisa. Quanto maior a diversidade de representantes da comunidade (homens, mulheres e jovens, das mais diversas ocupações e profissões) mais abrangente é a discussão promovida e, com isso, maiores as chances de sucesso das ações do grupo, já que as decisões atendem a uma parcela significativa da comunidade e não a um grupo específico.

De modo geral, as pesquisas realizadas com a sociedade civil mostram que ela tem diversas propostas para a melhoria da polícia, no entanto, suas sugestões, muitas vezes, ficam somente no plano das ideias e das indicações do que cada um deve fazer, não resultando em efetivas ações coletivas de engajamento, abertura e responsabilização mútua, exigidas por um programa de policiamento comunitário de sucesso. Por isso é importante a polícia mostrar receptividade à participação da população. Ao mesmo tempo, cabe à comunidade a tarefa de se engajar de modo sério e ativo na construção e manutenção de parcerias comunitárias, com entidades governamentais e não-governamentais e, mais importante, propor-se a pensar em conjunto não só os seus, mas os problemas da segurança de *toda* a comunidade. Isso porque alguns problemas aparentemente individuais podem ter impacto na segurança de toda uma comunidade.

Destacar aqui que questões relacionadas à segurança pública também fazem parte do trabalho policial é particularmente importante. Principalmente porque, para a população, a segurança implica em várias questões que não são necessariamente criminais, como iluminação pública, terrenos baldios, infraestrutura, condições das habitações etc.

A polícia, quando considera e trabalha esses problemas, contribui para prevenir ocorrências criminais e para o aumento da sensação de segurança da população. Ações como essa, que fazem parte da filosofia do policiamento comunitário, colaboram para diminuir o descompasso entre o que espera a população e o trabalho que a polícia realiza.

É importante lembrar a participação de outros **atores governamentais** na execução de projetos de policiamento comunitário, como o Ministério Público, Ouvidorias de Polícia, Defensorias Públicas, prefeituras e suas secretarias, subprefeituras e agências que prestam serviços básicos, como fornecimento de energia elétrica, saneamento, água, entre outros. Um programa de sucesso depende da capacidade de articular os parceiros que melhor podem contribuir para a resolução de um problema através da troca de informação e conhecimento técnico, distribuição de tarefas, auxílio financeiro e de pessoal.

Você pode conhecer mais sobre policiamento comunitário, assistindo ao vídeo disponível em: nevusp.blip.tv/file/1173206/

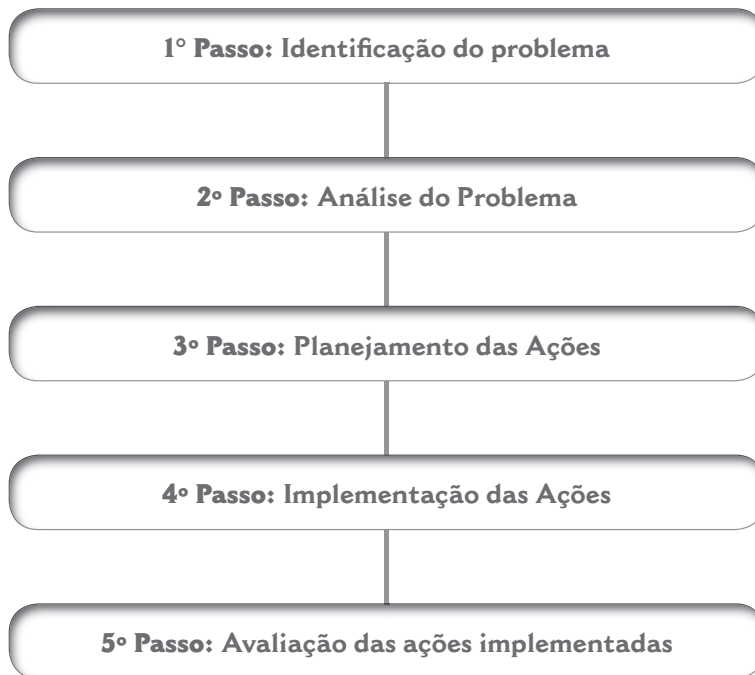


POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Polícia e Comunidade na
Construção da Segurança

PASSOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Nesse capítulo serão detalhados os 5 passos para a implementação do policiamento comunitário.



Para isso, apresentaremos três casos para ilustrar esses passos:

Caso 1 - Prédios Antenados: O Projeto Prédios Antenados foi criado para reduzir o número de assaltos, furtos e roubos de veículos e pessoas, sequestros-relâmpagos e arrastões em 13 edifícios da região dos bairros Pompéia e Sumaré, na cidade de São Paulo. Envolveram-se nessa iniciativa moradores, o Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG) Perdizes/Pacaembu e as polícias militares e civis.

Caso 2 - Fica Vivo!: O Programa Controle de Homicídios - Fica Vivo! tem como objetivos prevenir a criminalidade através da inclusão social de jovens moradores de comunidades com altos índices de criminalidade e promover a mobilização e participação social. Conta com o apoio do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que através de uma pesquisa sobre o aumento dos homicídios no Estado de Minas Gerais,

realizada em 2002, deu origem ao programa; e do Governo do Estado que, em 2003, institucionalizou o programa, tornando-o parte da política de segurança local.

Caso 3 - Ação Inclusiva / PROERD: A Ação Inclusiva é um projeto pontual do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), coordenado pelo Comando Regional Fronteira Noroeste, no Rio Grande do Sul, fronteira com a Argentina. Tem como objetivo incorporar às atividades do programa os alunos de duas escolas indígenas do município de Tenente Portela e alunos portadores de necessidades especiais, matriculados em uma escola do município de Santa Rosa. Essa iniciativa conta com o apoio da Coordenação Geral do PROERD, dos pais, professores, coordenação pedagógica e direção das escolas envolvidas e da liderança indígena local.

Esses três casos foram selecionados a partir dos seguintes critérios: a) de experiências que ocorram em diferentes lugares do país; b) que incluam diferentes públicos; c) que trabalhem com problemas tanto criminais como não criminais. Porém, é importante ressaltar que as boas iniciativas aqui apresentadas não podem ser caracterizadas plenamente como projetos de policiamento comunitário. Isso por vários motivos: não estavam atrelados a políticas mais amplas de policiamento comunitário; em alguns casos, apesar da persistência de problemas, não houve continuidade dos trabalhos; ou porque não tiveram a participação equilibrada dos diferentes atores, entre outros.

1º Passo

Identificação do problema

O que é?

Identificar um problema não é só trabalho dos agentes públicos de segurança, mas responsabilidade de todos.

Um bom problema a ser enfrentado pelo policiamento comunitário é aquele que é reconhecido como tal pela população local. É preciso que as pessoas reconheçam sua gravidade e considerem importante sua solução. Porque esse é um problema que motiva todos a trabalharem para solucioná-lo.

Importância

Na lógica do policiamento comunitário todas as pessoas podem contribuir para a solução dos problemas locais. Isso porque as pessoas, no dia a dia, têm experiências, percepções e conhecimentos sobre as condições locais de segurança que podem auxiliar a ação da polícia a ser mais eficiente. Por isso, **a identificação do problema deve ser um processo coletivo**. Como dissemos, um bom problema, para ser trabalhado, é sempre aquele que é reconhecido como tal pela maioria. Quando

isso acontece, aumentam as chances de contar com o envolvimento de um grande número de pessoas na busca de alternativas para sua solução.

É nisso que o policiamento comunitário se diferencia dos outros tipos de policiamento: envolve polícia e comunidade, desde a discussão dos problemas, até a realização e avaliação das ações. É somente através desse processo que é possível construir uma aproximação e um diálogo de confiança tanto entre a polícia e a comunidade como também dentro da própria comunidade entre seus diferentes grupos. Essa aproximação é fundamental para que os problemas de segurança sejam discutidos de forma plural, para que os problemas enfrentados sejam, de fato, representativos das necessidades da maioria dos membros da comunidade, e para que haja um envolvimento da comunidade na solução dos problemas identificados.

O caráter inovador dessa forma de policiamento é que, após levantar as reivindicações, policiais e comunidade buscam juntos ações concretas para chegar a bons resultados. Nesse processo, o *compromisso* de ambas as partes para solucionar o problema é fundamental para que ele seja resolvido.

Como fazer?

Basta que as pessoas se reúnam para discutir questões relacionadas à segurança, para que comecem a identificar problemas. Através do policiamento comunitário, essas discussões passam a ser planejadas e organizadas. Os problemas identificados passam a ser registrados para, posteriormente, serem rediscutidos e analisados.

Podem participar dessas discussões representantes dos diferentes grupos locais: presidentes das associações de moradores e do comércio; policiais; diretores de escolas; agentes de saúde; coordenadores das Unidades Básicas de Saúde; representantes da administração pública; jovens etc.

Um dos espaços onde os problemas locais de segurança podem ser levantados são as próprias reuniões dos Conselhos de Segurança (CONSEGs).

Conselhos de Segurança (CONSEGs)

Os Conselhos de Segurança (CONSEGs) existem em vários Estados e cidades do Brasil. Apesar dos diferentes nomes (Em MG, por exemplo, são Conselhos Comunitários de Segurança Pública, CONSEPs) e de algumas outras diferenças, esses Conselhos caracterizam-se por serem formados por pessoas de um mesmo bairro, região ou município que se reúnem, junto com representantes do poder público e policiais, para discutir, analisar, planejar e acompanhar a solução de seus problemas de segurança. Em outras palavras pode-se dizer que esses Conselhos criam espaços nos quais a polícia e comunidade local podem se encontrar para debater as necessidades e prioridades locais.

No caso paulista, os CONSEGs são entidades de apoio à polícia estadual nas relações comunitárias, e estão vinculados, por intermédio do Coordenador Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança, às diretrizes da Secretaria de Segurança Pública. As reuniões são mensais, realizadas normalmente no período noturno, em imóveis de uso

comunitário, segundo uma agenda definida a cada ano. A Secretaria de Segurança Pública tem como representantes, em cada CONSEG, o Comandante da Polícia Militar da área e o Delegado de Polícia Titular do correspondente Distrito Policial.

Vale destacar que o CONSEG, apesar de ser um espaço privilegiado para as discussões sobre segurança, não é o único lugar onde esse diálogo pode acontecer. Elas podem ser iniciadas nas escolas, associações de classe, associações comunitárias, igrejas, associações de bairro etc.

Outra forma de identificar problemas é através de informações geradas pela Secretaria de Segurança, polícias, universidades, ONG's etc.

Como fazer as reuniões para debater os problemas de segurança de sua comunidade:

- *Realizá-las em dias específicos.* Por exemplo: primeira quinta-feira do mês.

- *Local:* que sejam realizadas em clubes, sociedades de amigos de bairro ou outras áreas pertencentes à comunidade. De preferência locais “neutros”, não nas dependências de delegacias ou batalhões, o que pode inibir a participação de algumas pessoas.

Obs.: outra estratégia que pode ser adotada é realizar reuniões itinerantes, em vários locais do bairro, com o intuito de não privilegiar uma região e estar mais próximo de todos os moradores. Essa ação pode também colaborar na divulgação dos Conselhos de Segurança e de seus trabalhos.

- *Divulgação das reuniões:* panfletos, cartazes, rádio, jornal de bairro, lista de e-mails, telefonemas, divulgando o dia, hora e o local das reuniões. Outra estratégia é divulgar uma programação predefinida para todo o ano.

- *Divulgação dos resultados:* também no jornal de bairro, panfletos, nas delegacias, batalhões, escolas, postos de saúde, igrejas, entre outros.

- *Estratégias para ampliar a participação:* usar a criatividade e os meios disponíveis para atrair novos participantes para as reuniões, além de estratégias para a continuidade da participação das pessoas.

- *Estabelecer estratégias para condução e participação nas reuniões:* pensar formas de apresentação e relato dos problemas, para reunião com poucas e com muitas pessoas (por exemplo: registro da questão em uma ficha do Conselho de Segurança). Importante: ter em mente que a possibilidade de participar das decisões que serão ali tomadas é fundamental para garantir tanto que os participantes voltem às pró-

ximas reuniões, como também outras pessoas se sintam motivadas a participarem do grupo.

- *Atividades dos CONSEGs:*

- Reuniões mensais com a comunidade.
- Palestras sobre drogas, violência, sexualidade, sistema judiciário, entre outras.
- Campanhas de prevenção e combate às drogas; desarmamento.
- Apoio às polícias.
- Festas comunitárias com os membros para arrecadar fundos.
- Entregas de títulos de membro honorário e/ou plaquetas de reconhecimento pelo trabalho realizado.
- Trabalho conjunto de planejamento do policiamento com as autoridades policiais.
- Apoio ou parceria em atividade de assistência social.

- Estrutura do Conselho: isso pode variar muito. Dependerá do tamanho do Conselho e de sua articulação com outros órgãos públicos, lideranças comunitárias, entre outros.

- Temas tratados nas reuniões: com frequência são trazidas para as reuniões muitas questões relacionadas à administração municipal, como, por exemplo, limpeza, iluminação, terrenos baldios etc. Na visão da população, essas questões são problemas de segurança pública e assim são tratadas pelas polícias mais modernas do mundo.

Alguns dos temas que podem ser tratados nessas reuniões são:

- Problemas locais de segurança.
- Esclarecimentos de delitos.
- Identificação dos responsáveis envolvidos nos delitos.
- Características dos delitos e de suas vítimas.
- Número e frequência das rondas.
- Problemas locais com álcool e drogas.
- Conflitos entre moradores ou grupos locais.
- Problemas relacionados com a infraestrutura local que podem interferir nas condições de segurança (iluminação, acesso e sinalização das ruas, terrenos baldios etc.).

- *Prestação de contas:* retorno dado pelos membros do Conselho aos problemas trazidos para as reuniões. O compromisso de dar uma resposta e deixar a comunidade informada sobre o encaminhamento dado aos problemas levantados em reuniões anteriores é muito importante para a manutenção da confiança e da credibilidade que farão com que a comunidade continue a participar dos Conselhos.

Abaixo, veremos como, nos três casos selecionados, o problema local foi identificado e como as ações foram planejadas e implementadas.

Caso 1 - Prédios Antenados

Várias ruas dos bairros Pompéia e Sumaré, na cidade de São Paulo, passaram a se destacar nas estatísticas de **segurança pública** pelo aumento dos números de assaltos, furtos, roubos de veículos, acidentes de trânsito, sequestros-relâmpagos e arrastões nos edifícios da região. Os moradores, o CONSEG Perdizes/Pacaembu e a Polícia Militar da região chamaram a atenção das autoridades para esse aumento.

Segundo eles, os problemas surgiram em decorrência das transformações pelas quais passou a região nas últimas décadas, como, por exemplo, a construção de novas avenidas e de muitos prédios em lugar de casas e de mudanças de uso, como casas que deixaram de ser residências para dar lugar a pontos comerciais, o que aumentou a circulação de pessoas e veículos na região. Esse processo trouxe uma série de mudanças bruscas na vida dos moradores, inclusive, nas formas das relações sociais.

Assim, observa-se que o conjunto das transformações sofridas pela região obrigou a uma reestruturação da vida de seus moradores que convivem hoje com a temática da **violência**.

Caso 2 - Fica Vivo!

Em 2002, o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) realizou uma pesquisa detalhada dos homicídios na capital mineira. A pesquisa apontou um resultado preocupante: o crescimento da participação dos jovens com menos de 24 anos envolvidos em mortes violentas como vítimas de homicídios e, nesse caso, também como autores. O problema nesse caso foi o crescimento dos homicídios entre os jovens. Por essa razão, surge a proposta de intervir nesse cenário.

Caso 3 - Ação Inclusiva / PROERD

A Ação Inclusiva é um projeto pontual do PROERD, coordenado pelo Comando Regional Fronteira Noroeste, no Rio Grande do Sul.

Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) é um programa educativo de caráter social preventivo, posto em prática pela Polícia Militar - em parceria com as escolas e as famílias, junto aos alunos da faixa etária de 9 a 14 anos de idade. O programa é aplicado nas escolas da rede de ensino público e privado, oferecendo atividades educacionais em sala de aula, com o objetivo de desenvolver nos alunos as suas potencialidades, ajudando a conscientizá-los para exercício de sua cidadania e preveni-los do uso de drogas.
Fonte: www.proerd.rs.gov.br ou www.brigadamilitar.rs.gov.br

O problema identificado pelos membros de uma patrulha especial que circula diariamente pelas cinco reservas indígenas “Kaingang”, localizadas no Município de Tenente Portela (RS), estava ligado ao consumo de bebidas alcoólicas, como rixa, briga entre os indígenas e desses com moradores da área urbana.

Foram realizadas reuniões para discutir esse problema com a liderança da comunidade indígena, com a coordenadoria pedagógica e com professores das escolas

locais. O resultado dessas consultas revelaram que a comunidade estava especialmente preocupada com o acesso dos jovens às drogas e ao álcool.

Povo Kaingang

Atualmente, os *Kaingang* ocupam cerca de 30 áreas reduzidas, distribuídas entre os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Possuem uma população aproximada de 29 mil pessoas, sendo um dos cinco povos indígenas mais populosos no Brasil.

Fonte: www.portalkaingang.org

O problema do álcool também foi percebido na Escola Albino Mincks, localizada no Município de Santa Rosa (RS), que atende, exclusivamente, pessoas com deficiências. Reuniões entre a polícia e a coordenação da escola identificaram o problema da exposição dos jovens, principalmente através de seus familiares, ao tabaco e às bebidas alcoólicas. Entendia-se que esse fato poderia acabar estimulando os jovens ao consumo de drogas (legais e ilegais).

2º Passo

Análise do problema

O que é?

Nem sempre as pessoas percebem os problemas de uma mesma maneira. Identificar o problema e analisar suas possíveis causas permitem aprofundar o conhecimento em relação a ele como, por exemplo, quais fatos são importantes, onde e quando ocorrem, quais as melhores alternativas para solucioná-lo, quais ações são necessárias, como implementá-las etc.

Assim, *analisar* um problema de **segurança pública** significa conhecê-lo de modo qualificado para que as ações sejam planejadas de modo a serem eficientes: dirigidas às raízes do problema local. Isso confere maior grau de certeza nas tomadas de decisão, reduz o custo das ações, aumenta a credibilidade e a legitimidade dos envolvidos, em particular, da polícia.

Importância

A importância de analisar o problema identificado é, primeiramente, permitir um conhecimento amplo e criterioso do problema. Frequentemente, um problema tem muitas origens e consequências. Por esse motivo, é preciso conhecer bem o problema para o qual se vai direcionar os esforços.

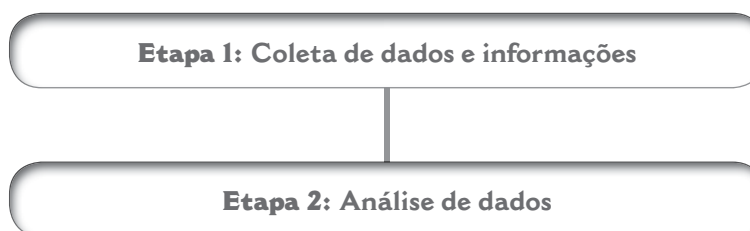
Nesse processo, é também essencial ter um bom conhecimento da região para tentar identificar com clareza os possíveis obstáculos a serem enfrentados. Para isso, pode-se buscar conhecer outras ações que tenham sido testadas. Informações como essas ajudam a encontrar soluções mais eficientes.

Adiantamos que as informações levantadas sobre o problema terão também papel fundamental no monitoramento e na avaliação de eficácia das ações adota-

das. Através delas, será possível verificar se houve alterações em relação ao problema identificado. Por exemplo, a frequência das ocorrências consideradas prioritárias diminuiu? Dessa forma, é possível monitorar constantemente tanto o problema como também os resultados da ação.

Como fazer?

Para começar a conhecer o problema, uma estratégia que pode ser adotada é o mapeamento. Mapear significa buscar o máximo de informações sobre um fato: onde ocorre, com que frequência ocorre, em que período ocorre, quem são os envolvidos etc. Essa atividade pode ser dividida em duas etapas:



Etapa 1: Coleta de dados e informações

Duas abordagens podem ser adotadas para levantar informações sobre um problema: quantitativa e qualitativa. Abaixo, detalharemos cada uma delas.

a) **abordagem quantitativa:** são valores e/ou dados de uma área ou região que permite conhecer, em números, tanto o “tamanho do problema” como também algumas condições que poderiam a ele estar associadas. Alguns exemplos são:

- número de ocorrências relacionadas ao problema registradas na delegacia da região;
- período em que o problema acontece (horário, dia da semana ou do mês etc.);
- efetivos de segurança na região (número de policiais, número de viaturas, tamanho da área, número de moradores, tipo de uso predominante etc.);
- condição socioeconômica da população moradora da região (faixa etária, escolaridade, renda, população flutuante que transita apenas pela área etc.).

Essas informações podem ser levantadas através de fontes na própria região (delegacia de polícia, batalhão da polícia militar, subprefeitura, ONGs etc.).

b) **abordagem qualitativa:** são as informações que permitem compreender como o problema afeta, de forma específica, a vida das pessoas que o sofrem. É também conhecer algumas características e

particularidades locais que poderiam contribuir não só para entender as raízes do problema, mas também para encontrar alternativas para sua solução. Alguns exemplos de informações que podem ser levantadas por essa abordagem são:

- Identificar a percepção dos moradores sobre o problema (percebem?, como percebem?, a que atribuem?).
- Hábitos e costumes das pessoas da região que podem facilitar a ocorrência do problema.
- Relações que os membros da comunidade têm entre si.
- Características da região (como são as ruas, a iluminação e as casas?, há terrenos baldios? etc.).
- Locais considerados de maior vulnerabilidade (pontos de ônibus, escolas, avenidas e vielas etc.).

Para levantar essas informações pode-se utilizar estratégias como entrevistas com pessoas da comunidade ou vítimas, grupos de discussão, observação do local, fotos etc.

Importante:

Nos projetos de policiamento comunitário, tanto as informações quantitativas como as qualitativas são importantes. Elas se complementam e ajudam a ter uma compreensão mais ampla e aprofundada de cada um dos problemas priorizados. Isso possibilita que as ações sejam planejadas de acordo com os recursos e limitações locais e permitem um melhor monitoramento e avaliação dos resultados.

Etapa 2: Análise de dados

Feito o levantamento do maior número possível de dados, é o momento de analisar essas informações. Considerando o problema levantado, deve-se verificar:

Período e local das ocorrências: informações que permitam verificar se há um padrão nas ocorrências relacionadas ao problema identificado (dia, hora, mês, lugares etc.) são fundamentais. Os padrões observados devem ser registrados para se tentar compreender em que contexto ocorrem (particularidades do local, dias e horários, perfil das vítimas etc.).

Esses fatores, quando levados em conta no **planejamento** da ação, podem contribuir para um uso mais racional e eficiente dos recursos disponíveis. Por exemplo, concentrar maiores esforços e recursos nos dias e horários de maior incidência do problema, tornando assim a ação mais efetiva e menos custosa.

Algumas questões podem ajudar a orientar na discussão e análise dessas informações:

- Por que esse problema estaria ocorrendo nesses locais?
- Quem são as pessoas envolvidas e por que estão lá?
- De onde estavam vindo as vítimas? Para onde estavam indo?
- Quais outras características do local que poderiam contribuir para o problema?
- Existe algum lugar que pode ser usado como ponto de vigilância?

Perfil dos atores envolvidos: conhecer o perfil dos atores envolvidos é outra importante informação para identificar as particularidades do problema. Para isso, é possível ater-se a informações como idade, sexo e hábitos das vítimas e dos agentes.

Algumas questões que podem ajudar na análise dessas informações são:

Comunidade:

- Quem são as vítimas?
- Entre as vítimas, existe algo em comum?
- Existe alguma outra vítima em potencial?
- Por que as vítimas são vulneráveis naquele momento e local?
- Quais recursos poderiam ser adotados para evitar o problema?

Infratores / Provocadores de distúrbios:

- Quem são?
- Qual a idade?
- Existe algo comum entre eles?
- Em quais locais atuam? O que há em comum entre esses locais?
- Sabe-se de onde vem e para onde vão?
- Em que dia, horário, semana, mês os fatos ocorrem?
- Eles utilizavam alguma arma?

A participação da comunidade na análise do problema é essencial para o sucesso do trabalho. Por isso, é preciso envolver o maior número possível de parceiros que possam oferecer informações e ajudar na análise e discussão do problema. Para isso, deve-se contar com a população local, representantes comunitários, polícia, igrejas, entidades de assistência social, agentes comunitários, subprefeitura e outros agentes públicos e privados atuantes na área a ser mapeada.

Não se esqueça:

Nos projetos de policiamento comunitário, a produção do diagnóstico é uma tarefa coletiva. Ao mesmo tempo em que o diagnóstico gera informações especializadas e precisas que auxiliem na compreensão do problema identificado, essa é também a primeira atividade concreta que pode ser realizada coletivamente e, assim, servir para, cada vez mais, integrar esses parceiros.

Abaixo, veremos como o problema foi analisado em cada um dos três casos selecionados.

Caso 1 - Prédios Antenados

Era necessário entender qual era a dinâmica e onde se localizavam os crimes na região. A integração dos moradores dos edifícios participantes da iniciativa com as polícias militar e civil foi fundamental na análise de como e onde ocorriam assaltos, furtos, roubos de veículos, acidentes de trânsito, sequestros-relâmpagos e arrastões.

Com base no número de ocorrências registradas na delegacia da região, o CONSEG Pacaembu/Perdizes discutiu o problema a fim de tentar compreender melhor o que se passava ali. Assim, foi possível mapear a questão descobrindo que grande parte das ocorrências se concentravam em determinadas áreas e ruas do bairro, o que foi muito importante na fase posterior de planejamento das providências.

Caso 2 - Fica Vivo!

A pesquisa realizada pelo CRISP sobre os homicídios entre os jovens foi essencial na análise do problema e no conhecimento mais aprofundado desses crimes. Seus resultados possibilitaram a elaboração do projeto Fica Vivo!. O levantamento dos dados mostrou as características dos homicídios em diferentes regiões da capital mineira, permitindo identificar os locais onde o problema era mais grave.

Entretanto, além desse primeiro diagnóstico, o levantamento e análise de outras informações, como características da região e da comunidade (geografia, escolaridade dos moradores, perfil dos indivíduos envolvidos nos crimes, a existência ou não de gangues, escolas e outros espaços públicos na comunidade etc.) foi fundamental para o planejamento, implantação e desenvolvimento desse programa.

Caso 3 - Ação Inclusiva / PROERD

Depois de um ano trabalhando nos moldes do PROERD, percebeu-se, através das reuniões e da análise do número das ocorrências, a necessidade de ampliar o projeto para o atendimento tanto para os jovens com deficiências, da cidade de Santa Rosa (RS), como para jovens das comunidades indígenas de Tenente Portela (RS).

3º Passo

Planejamento

O que é?

O **planejamento** estabelece as principais linhas de ação para a solução do problema identificado e, para isso, deve estar baseado no diagnóstico realizado.

Importância

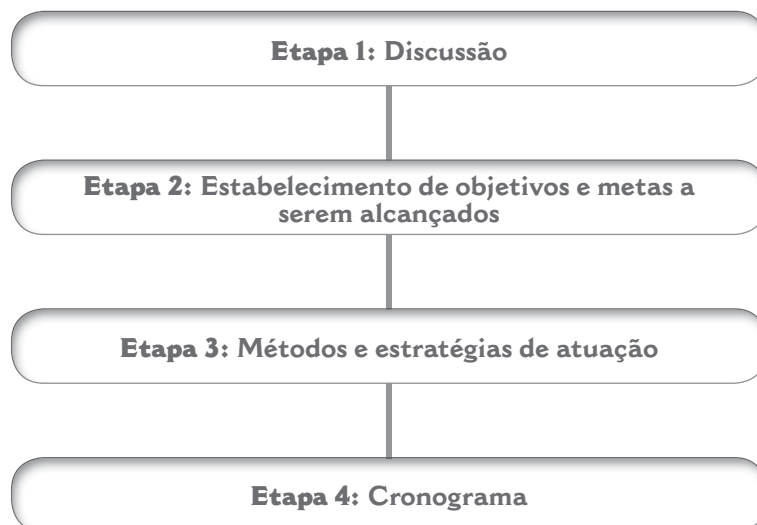
O **planejamento** é essencial para o sucesso do projeto. É nesse ponto que se passa da observação para o estágio de ação. Pode-se dizer que grande parte do sucesso da iniciativa está associada ao **planejamento**.

Outro ponto importante é que o **planejamento** deve estar sempre focado na obtenção de resultados. Para isso, é necessário estabelecer diretrizes, orientações e prioridades para o projeto.

Como fazer?

Todo **planejamento** costuma ser dividido em etapas (planos) que estabelecem objetivos intermediários e facilitam o alcance do objetivo final proposto pelo projeto. O **planejamento** estabelece os degraus necessários para se atingir o topo de uma escada.

Para elaborar um **planejamento** podemos seguir quatro etapas fundamentais. Buscando solucionar o problema, essas etapas orientam o **planejamento** das ações. No que diz respeito especificamente aos projetos de policiamento comunitário, o **planejamento** foi dividido em 4 etapas, que são:



Etapa 1 - Discussão

A partir das questões acerca do problema, é necessário identificar as oportunidades, limites e dificuldades. Devem estar presentes nessa discussão, entre outros pontos:

- As possíveis propostas para a solução do problema, assim como suas vantagens e desvantagens.
- Os possíveis obstáculos que dificultariam propor, elaborar ou executar os planos de ação, como, por exemplo, falta de capacitação e conhecimento técnico, falta de motivação, falta de confiança entre os moradores, desconfiança recíproca entre polícia e comunidade, problemas de comunicação, falta de recursos etc.
- Estabelecer quais os critérios de prioridades no estabelecimento das ações. Por exemplo: praticidade, viabilidade, potencial, custo, **eficácia** etc.
- Identificar os possíveis parceiros e atores locais que podem se envolver com o projeto.
- Levantamento de custos e recursos disponíveis.

Etapa 2 - Estabelecimento de objetivos e metas a serem alcançados

- Definir o que se pretende atingir e realizar com as ações propostas.
- Identificar claramente em que medida, tanto em números como em qualidade, a solução proposta alteraria a situação atual.
- Estabelecer os prazos esperados para a realização dos objetivos estabelecidos.

Etapa 3 - Métodos e estratégias de atuação

- Considerar os meios disponíveis para a resolução do problema (materiais, pessoal, técnicos, informativos etc.).
- Analisar as alternativas de ação para escolher a melhor e mais adequada à realidade social.
- Monitorar e, se necessário, revisar os planos de ação desenvolvidos. Isso porque o ambiente no qual a ação será implementada não é estático, mas está em constante mudança. Isso significa que é de fundamental importância verificar se as ações planejadas estão surtindo efeito e, quando necessário, providenciar as correções necessárias para que os resultados estimados sejam alcançados.

Etapa 4 - Cronograma

Detalhar como as ações serão distribuídas ao longo do tempo. Exemplo:

Ações	Ano 1 (meses)											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Diagnóstico do Problema	☾	☾										
Planejamento das Ações		☾	☾	☾								
Levantamento de Recursos			☾	☾	☾							
Implementação do Projeto				☾	☾	☾	☾	☾	☾	☾	☾	☾
Monitoramentos e Avaliação						☾			☾			☾

O cronograma sintetiza em um quadro, os acordos estabelecidos entre os parceiros, transformados em etapas e com prazos para serem cumpridos.

Através do cronograma, todos podem acompanhar o desenvolvimento do projeto e observar se os resultados obtidos estão ou não dentro prazos estabelecidos.

A discussão dos resultados estimados pelo cronograma é também uma das formas de se monitorar a execução do projeto. Ele permite perceber os pontos críticos, detectar rapidamente obstáculos, redimensionar recursos ou, até mesmo, re-discutir as estratégias e os prazos estabelecidos. Estes últimos, quando necessário, podem ser rediscutidos e revistos sempre tendo como foco os recursos disponíveis e os resultados que se pretende alcançar.

A seguir, veremos como se caracteriza cada uma dessas etapas tendo como base os três casos selecionados:

Caso 1 - **Prédios Antenados**

Etapa 1 - Discussão

As discussões que originaram o projeto Prédios Antenados foram realizadas no CONSEG Perdizes/Pacaembu. Discutindo-se os problemas da região, foi identificado o aumento do número de assaltos, **furtos**, **roubos** de veículos, acidentes envolvendo automóveis, sequestros-relâmpagos e arrastões nos edifícios. A partir do diagnóstico, os participantes perceberam que esses problemas se concentravam em determinadas áreas da região. Essa informação permitiu estabelecer alguns objetivos a serem alcançados.

Etapa 2 - Estabelecimento de objetivos e metas a serem alcançados

Frente ao problema diagnosticado, foram estabelecidos, no projeto Prédios Antenados, as seguintes metas:

- Reduzir o número de assaltos, **furtos**.

- Reduzir os roubos de veículos.
- Reduzir o número de acidentes envolvendo automóveis.
- Reduzir o número de sequestros-relâmpagos.
- Reduzir o número de arrastões nos edifícios.
- Inibir ações criminosas em geral.

Etapa 3 - Métodos e estratégias de atuação

Para dar conta desses objetivos, foram planejadas e adotadas as seguintes ações:

- Interligar 13 edifícios da região por um sistema de rádios comunicadores.
- Capacitar porteiros, zeladores e síndicos para utilizarem os rádios comunicadores.
- Dividir os edifícios participantes em pequenos grupos que atuariam em rede.
- Estabelecer uma rotina de comunicação e monitoramento local entre esses grupos.
- Fazer constante avaliação do sistema e dos equipamentos de segurança: portões, interfones, circuitos internos de TV, iluminação etc.
- Fortalecer vínculos entre a comunidade moradora e as forças policiais de forma que as ações operacionais policiais tivessem maior **eficácia**.
- Promover a mobilização dos moradores para adotarem algumas estratégias de segurança.
- Mobilizar os moradores para participarem do Núcleo de Ação Local Viva Sumaré (NAL).
- Prover às forças policiais informações detalhadas e precisas sobre as particularidades locais nas questões relativas à segurança, visando o melhor desempenho das ações policiais.
- Estabelecer entre a comunidade e as forças policiais um novo modelo de atuação e parceria na prevenção dos crimes.

Etapa 4 - Cronograma

O projeto Prédios Antenados dedicou quase quatro meses às discussões, consultas, levantamento dos recursos e identificação de grupos interessados em participar e **planejamento** dos custos e das ações. Definidas essas questões, a implementação e a primeira avaliação do projeto foi feita nos sete meses subsequentes.

Sugerimos, como exemplo, um modelo de cronograma a partir das atividades descritas no **planejamento**. Pensando em um período de doze meses, as atividades poderiam ser assim distribuídas:

Ações	Ano 1 (meses)											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Planejamento dos recursos e das atividades	☐	☐	☐	☐								
Identificação de participantes		☐	☐	☐								
Reuniões			☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Implementação e avaliação das atividades				☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Caso 2 – Fica Vivo

Etapa 1 - Discussão

A partir do estudo sobre os homicídios realizado pelo CRISP, criou-se um grupo para discutir o problema. Desse grupo faziam parte as polícias militar e civil, administradores públicos municipais das áreas de cidadania e assistência social de Belo Horizonte, Ministério Público de Minas Gerais e organizações não governamentais (ONGs). Diante do alto número de homicídios entre jovens, a região de Morro das Pedras foi escolhida para a implementação do projeto piloto. Lideranças dessa comunidade e gestores de agências públicas locais foram chamados para integrar o grupo inicial e participar do processo de definição de objetivos e estratégias.

Etapa 2 - Estabelecimento de objetivos e metas a serem alcançados

O programa busca conciliar a redução dos fatores de risco e o fortalecimento dos fatores de proteção social, como a escola, família e comunidade. Assim, o principal objetivo seria a redução do número de homicídios. Para atingi-lo, foram estabelecidas as seguintes metas:

- Fortalecer e mobilizar a comunidade, capacitando-a para a resolução de problemas relacionados à **segurança pública**.
- Estimular a articulação entre órgãos públicos e organizações não governamentais para que, trabalhando conjuntamente, formassem uma rede local de proteção social que aumentasse a oferta e aprimorasse os serviços públicos e privados para a população.
- Ampliar as oportunidades de educação, cultura, lazer e profissionalização.
- Incentivar o debate sobre os problemas de segurança na comunidade.
- Reduzir o sentimento de insegurança.
- Melhorar o policiamento na comunidade.

Etapa 3 - Métodos e estratégias de atuação

O Fica Vivo! une intervenção estratégica e proteção social com o objetivo de reduzir a criminalidade. Para isso, foram planejadas:

Intervenção estratégica: formada por grupos de base local que têm a seguinte composição:

- Secretaria de Estado e Defesa Social: representantes da Subsecretaria de Assuntos Penitenciários, Superintendência de Prevenção à Criminalidade, Superintendência de Integração de Polícias.
- Polícia Civil: delegados Seccionais e Distritais responsáveis pelas áreas atendidas pelo programa Fica Vivo!, e das delegacias especializadas (tóxicos, homicídios etc.).
- Polícia Militar: comandantes de Batalhão, comandantes de Cia. e comandantes do Grupamento Especializado em Policiamento de Áreas de Risco (GEPAR). O GEPAR foi considerado parceiro importante por ter profundo conhecimento da região atendida.
- Ministério Público: promotores criminais, mais especificamente, das áreas, Tóxico, Infância e Juventude e Combate ao Crime Organizado e de Crimes Dolosos contra a Vida.
- Judiciário: Juízes Criminais, Execução Criminal e da Infância e Adolescência.

A proposta desses grupos era de trabalhar com repressão qualificada (atuar de forma pontual e direcionada, evitando grandes operações policiais que pudessem comprometer a imagem policial frente à comunidade). Entre as inovações trazidas por essa intervenção estão a promoção de redes (facilitando a comunicação entre os órgãos e instituições públicas) e a produção de relatórios capazes de organizar e difundir as informações que antes ficavam dispersas.

GEPAR: Grupamento Especializado em Policiamento de Áreas de Risco

Criado em 2005, com o objetivo de atuar preventivamente em favelas da cidade de Belo Horizonte, onde o tráfico de drogas e o homicídio foram identificados como grandes problemas. Assim o GEPAR *“conjuga estratégias de polícia comunitária, o policiamento orientado para solução de problemas, e a repressão qualificada como ferramentas essenciais para o controle e prevenção da criminalidade, restituição da paz e qualidade de vida em comunidades carentes”*. (SOUZA, Elenice. www.comunidadessegura.org/files/grupoespecializadoemareas-derisco.pdf)

Ele pode ser caracterizado como um policiamento pró-ativo, de repressão qualificada, atuando de forma permanente e contínua nas comunidades atendidas, diferentemente do policiamento mais tradicio-

nal. Seu foco são os grupos de jovens ligados ou próximos ao tráfico de drogas. Sua atuação dá-se através de ações preventivas e participação em projetos sociais que visem à interação da comunidade com a Polícia Militar e demais órgãos públicos.

Proteção social: através de oficinas, em diferentes locais da comunidade e em horários e dias variados, o programa busca favorecer o acesso dos jovens ao esporte, à cultura, ao lazer e à profissionalização. Além disso, essas oficinas funcionam como espaços para a constituição de novos laços sociais.

Os responsáveis por essas oficinas são, em sua grande maioria, moradores das próprias comunidades. O objetivo é formar uma rede articulada de proteção social local onde os jovens poderão tanto se encontrar, como aprender e desenvolver um sentimento de pertencem a uma comunidade.

O projeto parte também do pressuposto de que o acolhimento aos jovens envolvidos em situações de **violência** possibilita-lhes outras alternativas, funcionando de maneira preventiva e diminuindo a proximidade deles com o **crime**.

Por fim, cabe destacar que para realização dessas ações foram criados:

- Um grupo de gestão da intervenção estratégica do programa.
- Um grupo de mobilização comunitária voltado para a gestão das ações de mobilização da comunidade e suporte social.
- Um fórum da comunidade.

Etapa 4 - Cronograma

Pensando em um período de doze meses podemos sugerir, como exemplo, o seguinte cronograma de atividades para um projeto como o Fica Vivo!:

Ações	Ano 1 (meses)											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Planejamento dos recursos e das atividades	☾	☾	☾									
Identificação e formação de gestores locais		☾	☾									
Realização das Oficinas			☾	☾	☾	☾	☾	☾	☾	☾	☾	☾
Realização de eventos e cursos			☾		☾	☾	☾		☾	☾		☾
Reuniões para discussão e avaliação das atividades		☾	☾	☾	☾	☾	☾	☾	☾	☾	☾	☾

Caso 3 – Ação Inclusiva / PROERD

Etapa 1 - Discussão

Entre os problemas identificados nos municípios de Santa Rosa e Tenente Portela (RS) estavam o uso de drogas e álcool entre jovens com deficiências (Santa Rosa) e indígenas (Tenente Portela).

No diagnóstico e análise do problema, verificou-se que não havia material adequado para o trabalho com esses públicos específicos, pois a maioria do material usado no PROERD havia sido desenvolvido para jovens não portadores de deficiência, moradores em grandes centros e sem relação com a população indígena.

Etapa 2 - Estabelecimento de objetivos e metas a serem alcançados

- Reduzir e prevenir o uso de álcool e drogas entre os jovens portadores de necessidades especiais de Santa Rosa e indígenas de Tenente Portela.
- Atuar junto a esses grupos dentro da política de trabalho do PROERD (autoestima, resistência a pressão, avaliação de consequências e tomada de decisão etc.).
- Agregar conhecimento de outros profissionais a fim de atender as peculiaridades das atividades desenvolvidas no programa.
- Trabalhar para que a iniciativa possa ser ampliada.

Etapa 3 - Métodos e estratégias de atuação

- Adaptar a linguagem do programa do PROERD para uma linguagem mais adequada à realidade dos jovens atendidos por esse programa.
- Negociar a adaptação da cartilha do PROERD junto ao Comando da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.
- Buscar a participação e o envolvimento de pessoas da comunidade e das escolas locais na adaptação do texto.
- Desenvolver materiais e técnicas específicas para trabalhar o tema com portadores de necessidades especiais.
- Capacitar lideranças e policiais para trabalhar com o material desenvolvido e com as especificidades desses públicos.
- Trabalhar com a comunidade como um todo, mesmo sendo os jovens o foco principal do projeto. Na comunidade indígena, essa aproximação ajudaria a fomentar e fortalecer os vínculos de confiança, o que consequentemente facilitaria o acesso dos jovens ao projeto.
- Realizar um piloto, antes de uma aplicação a um grupo maior, para testar a proposta, identificar problemas e fazer as modificações necessárias.

Etapa 4 - Cronograma

Como não houve um cronograma para esse projeto, sugerimos um modelo a partir das atividades descritas no **planejamento**. Pensando em um período de doze meses, as atividades poderiam ser assim distribuídas:

Ações	Ano 1 (meses)											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Planejamento dos recursos e das atividades	☾	☾	☾									
Formação de gestores locais			☾	☾								
Atividades educacionais				☾	☾	☾	☾	☾	☾	☾	☾	☾
Reuniões para discussão e avaliação das atividades				☾	☾	☾	☾	☾	☾	☾	☾	☾

4º Passo

Implementação da ação

Discutiremos neste tópico algumas questões relacionadas à implementação do projeto. Na implementação, além de colocar em prática o que foi planejado, deve-se também não perder de vista as dificuldades que poderão surgir ao longo do projeto e a necessidade de estar aberto para buscar alternativas para solucionar essas dificuldades.

O que é?

Implementar a ação consiste em pôr em prática o que foi planejado como solução ao problema identificado e diagnosticado.

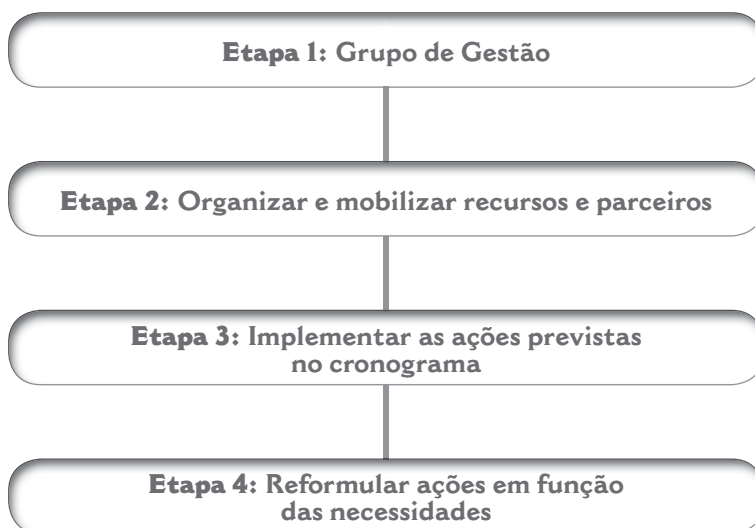
Importância

É através da implementação da ação que se tentará solucionar o problema identificado. Nesse estágio, o problema já foi discutido e analisado e as ideias para sua solução devem estar organizadas em um **planejamento**.

Contudo, nada sairá do papel sem a vontade e o compromisso das pessoas que participam do projeto, sejam elas da comunidade, da polícia ou do poder público.

Como fazer?

Para implementar as providências em um projeto de policiamento comunitário, sugerimos que o trabalho seja dividido em quatro etapas:



Etapa 1 - Formar grupo de gestão

A criação de um grupo que fique diretamente responsável por coordenar a gestão do projeto é de grande importância. A esse grupo cabe preparar, organizar, mobilizar e acompanhar todos aqueles que participarão da implementação, como também monitorar e avaliar os resultados da ação.

Aqui, cabe novamente ressaltar a importância da criação de conselhos ou fóruns na comunidade para discutir as questões relacionadas à **segurança pública**, o ideal é que esse grupo esteja presente na comunidade. Como se sabe, os projetos mais bem-sucedidos de policiamento comunitário estão nos locais onde a comunidade participou ativamente de todas as etapas do projeto, inclusive de sua gestão durante a implementação.

Etapa 2 - Organizar e mobilizar recursos e parceiros

Assim como mobilizar e organizar a ação daqueles que já estão envolvidos no projeto, outro importante recurso que o projeto deveria ter são outros parceiros que não estiveram envolvidos nas etapas anteriores, mas que tenham alguma colaboração a dar para o projeto.

Esses parceiros são escolhidos de acordo com as características do projeto. No projeto Prédios Antenados, um dos parceiros poderia ser, por exemplo, um determinado fabricante ou comércio especializado em rádios comunicadores que, em troca de algum subsídio, poderia ter a publicidade de sua empresa veiculada nos materiais do projeto e locais onde fosse implantado.

Cabe ao grupo gestor identificar e mobilizar esses potenciais parceiros. Para isso, deve levar sempre em conta as necessidades de cada etapa estabelecida no **planejamento** e ter um plano de ação para mobilizar os parceiros.

Além disso, é também função do grupo gestor mobilizar o levantamento dos recursos necessários para cada etapa do projeto, coordenar as discussões sobre como esses devem ser empregados e administrados, de forma que se potencialize seu uso e seja possível prestar conta de como foram empregados. Isso pode ser feito através da *Internet*, jornais de bairro, rádios locais, entre outros meios.

Meios de comunicação para divulgação dos trabalhos

Comunicação	Veículo de comunicação	Público alvo	Descrição
Internet	Blog	Usuários da internet	Gratuito e interativo. O público que visita o <i>blog</i> pode escrever sugestões ou comentários.
	Jornal eletrônico	Instituições parceiras	O envio do jornal eletrônico é feito via <i>e-mail</i> . Você apenas precisa criar um modelo de jornal eletrônico e nele se pode divulgar as principais notícias dos projetos. Envie o jornal para a sua lista de <i>e-mails</i> , principalmente para as instituições parceiras. Esse é um serviço que pode ser realizado quinzenalmente, mensalmente ou quando preferir. Contudo, é importante que haja periodicidade, assim os leitores irão acostumar-se a receber as notícias.
	Lista de <i>e-mails</i>	Parceiros, amigos e instituições	Sua lista de <i>e-mails</i> deve conter o máximo de endereços de parceiros e pessoas interessadas nas notícias. Você pode coletar os <i>e-mails</i> sempre que houver uma reunião ou que você entre em contato com alguma instituição que também trabalhe com o tema. Os contatos são importantes para que se possa divulgar o jornal eletrônico, o <i>blog</i> e estabelecer futuros diálogos.
Jornal mural	Pequeno jornal impresso	Frequentadores de estabelecimentos comerciais, lojas, postos de saúde, escolas, delegacias policiais, base de segurança comunitária, sede das associações de bairro, bibliotecas, universidades, entre outros	<p>No jornal mural pode-se colocar as notícias relevantes com textos sucintos, como um informativo. Esse veículo de divulgação deve ser impresso, por isso você terá o custo da impressão. A impressão pode ser feita em qualquer impressora, não há necessidade de contratar o serviço de gráfica, a não ser que haja uma gráfica parceira e ela possa imprimir o material ou que se tenha recursos para isso. O material informativo também pode ser feito em forma de <i>flyer</i>.</p> <p>Esse material pode ser distribuído nas reuniões, eventos ou colocados em pontos estratégicos de grande circulação.</p>
Rádio	Programa de rádio	Comunidade da região	Tente estabelecer uma parceria com alguma rádio comunitária da região, ela poderá divulgar o projeto.
Associação de bairro	Reuniões	Integrantes de conselhos, moradores do bairro, comerciantes, representantes das escolas, entre outros	Vá com frequência às reuniões de associação de bairro. Nas reuniões você pode conhecer melhor a comunidade e os problemas que ela enfrenta. Isso contribuirá para pensar novos projetos. Não se esqueça de passar uma lista para que as pessoas coloquem o contato, inclua na lista o <i>e-mail</i> para que você possa enviar o jornal eletrônico e levar o <i>flyer</i> para distribuir.

“As lideranças comunitárias, organizações e movimentos sociais possuem a capacidade de mobilizar atores locais e garantir a participação da comunidade. Possuem ainda a capacidade de mobilizar e articular a participação de agentes públicos, além de sustentá-la e dar continuidade a programas e ações durante processos de mudança de governo. (Paulo Mesquita Neto, 2006)”

Etapa 3 - Implementar as ações previstas no cronograma

O grupo de gestão deve acompanhar as atividades para que elas sejam realizadas de acordo com o **planejamento** e cronograma.

Será a partir desse acompanhamento sistemático que se terá controle sobre o progresso das ações, permitindo detectar problemas e, quando necessário, corrigir ou planejar novas ações para que os recursos disponíveis da ação sejam poupados e empregados da maneira mais eficaz possível.

Para coordenar essa ação, o grupo de gestão realiza reuniões periódicas com todos os envolvidos com o projeto para apresentar um balanço do andamento das ações e discutir os problemas encontrados.

Etapa 4 - Reformular ações em função das necessidades

Ao longo desse processo de implementação, muito provavelmente surgirão dificuldades e obstáculos que não foram previstos. Saber como enfrentá-los é fundamental para que o projeto atinja os objetivos propostos. Para isso, é importante ter muito claro qual objetivo o projeto se propõe a perseguir. Isso garantirá que o projeto não se perca diante dos obstáculos e dificuldades, como também conduzirá as discussões das alternativas sem que se desvie do foco previamente estabelecido.

Cabe ao grupo gestor monitorar as ações para que os problemas sejam, o mais cedo possível, detectados. Assim que forem percebidos, o grupo gestor deve apresentá-los ao grupo para que as ações sejam discutidas e, quando necessário, corrigidas e reformuladas.

Abaixo, vejamos como as providências foram implementadas em cada um dos casos selecionados.

Caso 1 - Prédios Antenados

Etapa 1: Grupo de gestão

Após a escolha da tecnologia a ser empregada e da definição de várias ações do programa, foi formalizada junto ao CONSEG Perdizes/Pacaembu a proposta de funcionamento do sistema integrado de uso de rádio comunicador pelo *NAL Viva Sumaré*. Esse grupo é o responsável pelas diretrizes do projeto.

Etapa 2: Organizar e mobilizar recursos e parceiros

A polícia militar e a polícia civil participaram ativamente do programa. Estiveram presentes desde as primeiras discussões e puderam contribuir nas diferentes etapas do projeto, trazendo seu ponto de vista profissional e técnico a respeito de questões que envolvem a segurança dos cidadãos. Pontualmente, eles influíram de maneira decisiva na escolha da tecnologia de comunicação que foi adotada em função da finalidade proposta.

Etapa 3: Implementar as ações previstas no cronograma

Resumidamente, podemos afirmar que o processo de implementação desse sistema se deu através da:

- Formação dos diferentes grupos, compostos no máximo por quinze participantes. Esses grupos poderiam ser mistos, constituídos de condomínios ou de residências. Por sua vez, no caso de estabelecimentos comerciais, foi necessário formar um outro grupo específico, cujos participantes fossem exclusivamente do comércio.
- Qualquer alteração no projeto poderia ser realizada somente com a aprovação, por maioria absoluta, dos participantes do *NAL Viva Sumaré*. Por exemplo, somente seria admitida a entrada ou saída de novo condomínio ou participante, a redistribuição dos participantes, a alteração no sistema de funcionamento ou a substituição de equipamentos, com a aprovação dos membros do NAL.
- Cada condomínio, residência ou estabelecimento comercial deveria preencher um formulário, onde constaria o código utilizado na comunicação, endereço, telefone, nome do responsável pelo local, além de relação das pessoas que operariam o rádio.
- As polícias teriam uma relação das pessoas que operariam os rádios, bem como um mapa das ruas e dos edifícios integrados pelo projeto.
- Capacitação, pela polícia militar e civil, dos monitores (porteiros e zeladores), usuários de rádio e dos síndicos, para atuarem na observação e no monitoramento de portarias, garagens e ruas que cercam os edifícios, casas e estabelecimentos cobertos pelo projeto.
- Indicação do síndico de um dos edifícios para atuar como responsável por monitorar o sistema integrado de rádio e por contatar a polícia militar. Assim, caso uma situação de risco ocorresse, essa pessoa deveria ser informada e ela teria a responsabilidade de repassar, imediatamente, à polícia as informações sobre a ocorrência.

A polícia colaborou com o projeto orientando algumas ações:

- Edifícios deveriam mudar o código de funcionamento do rádio a cada quinze dias.
- Na portaria de cada edifício deveria haver um livro de registro para

relatar as diversas situações de risco ocorridas tanto no interior do edifício como em suas imediações.

- Os monitores de rádio deveriam comunicar-se a cada quarenta minutos para troca de informações e para verificar se tudo estava sob controle no interior do edifício, ou ainda para saber de alguma anormalidade na rua ou de qualquer situação suspeita.

Etapa 4: Reformular ações em função das necessidades

O período de **planejamento** do projeto Prédios Antenados foi de quase quatro meses. Durante esse período, foram feitas consultas a profissionais, discussão com os interessados, definição da melhor opção tecnológica a ser empregada, avaliação de **custos** e também a definição dos planos de ação.

A implementação do projeto não ocorreu sem problemas. Desde o início, havia clareza, pela própria especificidade da proposta, de que seria necessário buscar orientações profissionais, para que o projeto se adequasse aos critérios estabelecidos pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

Caso 2 – Fica Vivo!

Etapa 1: Grupo de gestão

Por ter se transformado em uma política de governo, o Fica Vivo! está inserido na estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS), submetido à Superintendência de Prevenção à Criminalidade, responsável por implantar e coordenar **políticas públicas** de segurança alternativas às atividades policiais e da justiça.

Etapa 2: Organizar e mobilizar recursos e parceiros

Como já pode ser adiantado, o Fica Vivo! depende muito das parcerias, tanto governamentais quanto locais. Os grupos locais de base são formados por representantes da Superintendência de Prevenção à Criminalidade, Polícias Civil e Militar, Ministério Público e Judiciário. Além desses, o programa depende de parceiros locais, entidades e pessoas que têm um papel central na manutenção das oficinas e no trabalho direto com os jovens. Entre esses destacamos o papel dos **técnicos** e dos **oficineiros**.

Os **técnicos** do programa geralmente são psicólogos, pedagogos, sociólogos ou assistentes sociais. A sua função é fazer um levantamento dos bens culturais locais e verificar também quais instituições e/ou pessoas já desenvolvem algum trabalho naquela comunidade, pois assim o que já existe na comunidade pode ser valorizado e incentivado.

Os **oficineiros** do Fica Vivo! são pessoas da comunidade identificadas pelos técnicos que trabalham no programa. Eles passam constantemente por capacitações para exercerem suas atividades e funções. É necessário que tenham sensibili-

dade no contato com esses jovens para compreender a dinâmica do envolvimento desse grupo com a criminalidade.

Etapa 3: Implementar as ações previstas no cronograma

Entre outras ações, pode-se destacar:

- A implementação de várias oficinas, a realização de eventos festivos e de prestação de serviços.
- A atuação do GEPAR promovendo o policiamento preventivo à comunidade.
- A ampla campanha de comunicação para a divulgação do projeto, que vai desde a circulação de um jornal, palestras em escolas, vinhetas de televisão e matérias em rádios comunitárias.
- Os cursos sobre **cidadania** e participação comunitária na resolução de problemas voltados para lideranças comunitárias e gestores locais, e capacitação para policiais.

Etapa 4: Reformular ações em função das necessidades

Como a comunidade possuía poucos espaços públicos que pudessem, inicialmente, abrigar as atividades do projeto e não se dispunha de recursos para construção de espaços, foi necessário buscar algumas alternativas.

Foram então estabelecidas parcerias para que igrejas, escolas ou associações de moradores dispusessem seus espaços para que fossem utilizados pelo projeto.

Caso 3 – Ação Inclusiva / PROERD

Etapa 1: Grupo de gestão

Nesse projeto não foi montado um grupo de gestão específico para essas ações. Essa tarefa coube aos policiais que já coordenavam o PROERD na região.

Etapa 2: Organizar e mobilizar recursos e parceiros

As atividades foram então planejadas e discutidas com o líder da comunidade indígena, a coordenadoria pedagógica e os professores das escolas que atendiam as crianças da comunidade indígena. Foi fundamental haver um instrutor do PROERD de origem “Kaingang”, fato que facilitou a aceitação do programa junto à comunidade, tendo em vista que a distância cultural poderia ser um obstáculo para o programa chegar aos jovens.

Já na cidade de Santa Rosa, as atividades foram planejadas e desenvolvidas com a direção, coordenação pedagógica e professores da Escola Albino Mincks.

Etapa 3: Implementar as ações previstas no cronograma

Na implementação das providências estabelecidas foram necessárias algumas ações. Elas foram as seguintes:

- Identificação e escolha de instrutores dispostos a esse trabalho.
- Apresentação do programa às lideranças da Reserva Indígena dos “Kaingang” e à direção da escola do município de Santa Rosa que atendia exclusivamente alunos portadores de Síndrome de Down.
- Escolha dos professores e tutores para trabalhar em conjunto no **planejamento** das atividades.
- Adaptação da cartilha do PROERD para esses públicos específicos.
- Elaboração, monitoramento e avaliação de cada etapa do projeto.
- Divulgação e avaliação dos resultados junto aos demais instrutores do PROERD da região, buscando estimular, a partir da experiência realizada, outras práticas semelhantes.

Etapa 4: Reformular ações em função das necessidades

Após a aplicação do PROERD, como tradicionalmente foi montado, verificou-se que, para atingir os objetivos esperados entre os indígenas de Tenente Portela e os alunos da Escola Albino Mincks, em Santa Rosa, era necessário adaptar tanto o material a ser utilizado como também a capacitação das pessoas que trabalhariam com esses grupos.

5º Passo

Avaliação das providências implementadas

O que é?

Após a implementação, é importante verificar se as ações planejadas estão ou não surtindo o efeito desejado. Essa verificação é possível a partir da avaliação.

Avaliar um programa consiste em verificar qual o impacto de sua implementação na resolução do problema. A partir da avaliação é possível observar se os objetivos estabelecidos inicialmente foram ou não alcançados. A continuidade do programa também pode ser estabelecida a partir da avaliação.

Importância

A avaliação de um programa auxilia no monitoramento de sua execução e no **planejamento** de futuras ações. Para isso, considera as estratégias, atividades, métodos, técnicas e procedimentos utilizados na execução do programa.

Para ser utilizada como uma ferramenta para a implementação do projeto, a avaliação deve ocorrer:

- Antes da implantação do programa: para verificar se a proposta planejada está de acordo com a realidade onde será inserida. As informações que permitem essa verificação são levantadas durante a realização do diagnóstico, conforme as orientações apresentadas no “2º passo”.
- Durante a implantação do programa: as avaliações devem ser realizadas periodicamente, portanto é necessário realizar o monitoramento constante das ações implementadas. Dessa maneira é possível verificar se os resultados esperados estão sendo obtidos e se estão de acordo com o cronograma planejado. Em caso negativo, as informações levantadas durante o monitoramento permitirão reavaliar o projeto e estabelecer as correções necessárias para que o objetivo seja atingido. Para exemplificar esse ponto, pode-se citar o programa Ação Inclusiva. Nesse programa foi verificada a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre os costumes e a cultura, tanto da comunidade indígena “Kaingang”, como também a necessidade de conhecer as melhores estratégias para trabalhar com portadores de Síndrome de Down. A partir dessas constatações, a coordenação do programa percebeu que, para alcançar os resultados esperados, seria necessário adaptar o tradicional programa do PROERD para as especificidades desses públicos.
- Depois da conclusão do programa: é o momento em que é possível analisar a **eficácia** do programa, verificando se os objetivos foram atingidos e o impacto que causou.

“(…) um conselho de polícia comunitária (…) poderia atuar como órgão de assessoria para estudos, acompanhamento, avaliação e formulação de propostas sobre o policiamento comunitário. A esse conselho poderia ser atribuída a responsabilidade de definir um plano e um cronograma para a implantação do policiamento comunitário e de elaborar os relatórios semestrais e anuais sobre o policiamento comunitário”. (Mesquita Neto, Paulo. Policiamento comunitário: a experiência em São Paulo. Revista Brasileira de Ciências Criminais, nº 25)

Como fazer?

Como parte da filosofia do policiamento comunitário a avaliação também é um momento participativo. Através dela o programa poderá ser analisado na sua totalidade, considerando sucessos e insucessos, os futuros encaminhamentos e decisões. A coordenação e a equipe executiva devem atuar conjuntamente, pois podem compartilhar seus conhecimentos sobre o que está sendo avaliado, garantindo que as decisões e os encaminhamentos sejam realizados da forma mais correta.

Esse é o momento em que todos os envolvidos terão a oportunidade de, uma vez mais, trabalhar em equipe para que o programa alcance seus resultados. Entretanto, para que a avaliação seja mais efetiva, convém ouvir também os que foram direta ou indiretamente atingidos pelas ações do programa.

Dessa forma, a avaliação assume um caráter democrático, pois considera tanto as informações dos responsáveis, como também daqueles que foram alcançados pelo programa, garantindo que ações futuras se tornem mais eficazes.

Para lembrar:

- A partir da avaliação é possível executar ajustes e melhorias que podem garantir uma melhor eficácia das ações estabelecidas.
- A avaliação será o momento em que as fraquezas da equipe, assim como suas potencialidades, serão expostas. É importante que os pontos positivos e negativos sejam trabalhados de maneira cuidadosa e propositiva, deixando claro que dizem respeito ao trabalho como um todo, e não a determinadas equipes e pessoas.
- Deve levar a equipe a perceber a importância do trabalho de cada um para o bom funcionamento de um programa.
- A avaliação deve ser realizada continuamente.
- O caráter democrático da avaliação só poderá ser garantido se a opinião de todos os envolvidos for considerada.

Além dessa avaliação, que deve ser feita pelo próprio grupo envolvido no projeto, outra avaliação pode ser feita por pessoas externas ao projeto.

A vantagem da avaliação externa é que ela é feita por pessoas que não estão tão envolvidas no projeto e esse “olhar de fora” pode trazer outros pontos para consideração.

Para realizar essa avaliação, pode-se formar parcerias com os centros de pesquisa das universidades. Quando houver condições, pode-se reservar parte do recurso para esse tipo de avaliação.

A partir dos casos selecionados, vejamos de que forma a avaliação foi realizada em cada um dos projetos selecionados.

Caso 1 - Prédios Antenados

No projeto Prédios Antenados, a avaliação foi realizada pelos próprios integrantes do CONSEG Perdizes/Pacaembu, pelo 23º BPM e pelos moradores dos 13 edifícios interligados pelo sistema de rádio. Após a avaliação dos dados apresentados nas reuniões, constatou-se que os casos envolvendo assaltos, **furtos**, **roubos** de veículos, sequestros-relâmpagos e arrastões diminuíram em torno de 50% a 60%. Essas informações foram repassadas aos moradores dos prédios que não estavam envolvidos com o projeto e também à coordenação geral do CONSEG, que avaliou a iniciativa como excelente.

A imprensa, que usou como fonte de informação depoimentos das pessoas direta e indiretamente envolvidas pelo programa, também constatou uma melhora na sensação de segurança entre os moradores da região.

Caso 2 - Fica Vivo!

Por ser um programa institucionalizado pelo governo, a avaliação do programa contou com a participação da coordenação e de seus diferentes parceiros. O Fica Vivo! teve diferentes avaliações.

Os objetivos do programa foram avaliados, anualmente, pela Secretaria de Estado de Planejamento.

Com o apoio do CRISP e do Centro Integrado de Informações de Defesa Social (CINDS), a coordenação avaliava, mensal e trimestralmente, os números de homicídios nas áreas atendidas pelo programa.

O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) avaliava o impacto da implementação do programa.

O Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG (CEDEPLAR) avaliou o custo e o benefício do programa.

A coordenação do programa também se preocupou com a opinião dos moradores das regiões onde o programa foi implementado. Essa informação foi colhida a partir de relatos dos moradores nas áreas onde o programa foi implementado.

Caso 3 - Ação Inclusiva / PROERD

A coordenação do projeto Ação Inclusiva organizou encontros com pais, professores e líderes indígenas para obter um retorno dos avanços do programa. Essas reuniões foram realizadas em momentos e locais diferenciados, com o intuito de obter informações mais precisas sobre os dois grupos atendidos (pessoas com deficiência e a comunidade indígena).

Após um semestre de atividade, os coordenadores se reuniram e produziram um relatório das informações colhidas nesses encontros. Essas informações levaram à conclusão de que a aplicação do PROERD, como inicialmente foi concebido, não contribuía para atingir os resultados planejados. Concluíram, então, que seria necessário produzir um material específico, contemplando as particularidades da população com quem trabalhavam.

Nasceu assim o projeto Ação Inclusiva. Após sua implementação, policiais, professores e a direção da escola verificaram mudanças nas atitudes dos alunos. Esses resultados estimularam a continuidade do projeto. Foram criadas, a partir do currículo escolar, atividades transversais que trabalhassem o tema.

Na comunidade indígena, as entrevistas com os familiares mostraram a efetividade do programa junto aos jovens. As famílias se diziam satisfeitas e pediam a continuidade do programa, apontando, inclusive, a necessidade de ampliar a faixa etária inicialmente atendida. Sugeriram que o programa também trabalhasse com os pré-adolescentes, pois esse grupo também se encontrava exposto às drogas.



POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Polícia e Comunidade na
Construção da Segurança

CAPÍTULO 2

MEMÓRIA DO PROJETO

Neste capítulo, mostraremos a importância de registrar a experiência de implementação dos projetos de policiamento comunitário e daremos algumas sugestões sobre como esses registros podem ser realizados. A *memória* é a forma que sugerimos para realizar o registro.

O que é?

A memória de um programa de policiamento comunitário registra as diferentes experiências de um projeto, desde o seu início. Na memória, não é relatado apenas o que deu certo, mas todo o caminho trilhado, inclusive as dificuldades enfrentadas.

Nesse sentido, uma boa memória de um projeto de policiamento comunitário deve responder às seguintes questões:

- 1- Qual foi o problema que deu origem ao projeto?
- 2- Quais eram as possíveis causas desse problema? (antecedentes)
- 3- Como o problema foi enfrentado? (objetivos)
- 4- Quais foram o público-alvo, o local e duração da ação, e a estratégia utilizada para o enfrentamento do problema?
- 5- Quais foram os obstáculos encontrados e como eles foram superados? (listar recursos empregados, avaliação, resultados etc.)

Importância

A memória permite transmitir os conhecimentos aprendidos no desenvolvimento de um projeto. Assim, outros grupos interessados em desenvolver projetos semelhantes podem não só se inspirar nas experiências já existentes, como também aprender com os acertos e erros de cada uma delas.

Além disso, a memória possibilita que um projeto, uma vez iniciado, tenha maior chances de continuidade. Destacamos esse ponto porque a experiência tem mostrado que há, muitas vezes, uma grande rotatividade de pessoas nos grupos envolvidos em um projeto de policiamento comunitário e a ausência de um registro completo das atividades, ou a perda de informações, dificulta a retomada dos trabalhos pelos novos participantes.

A memória permite, em parte, contornar esse problema. Como registro de um trabalho coletivo, permite a todos os membros do grupo o acesso e controle das

informações. Além de ser um processo mais democrático, ao evitar que informações fiquem concentradas em apenas algumas pessoas, impede que elas se percam com a eventual saída de membros do grupo.

Outro aspecto a ser destacado é que a memória facilita a integração e o diálogo entre novos membros. Isso porque, ao ser facilmente acessada e compartilhada, possibilita a qualquer pessoa conhecer os detalhes do caminho já trilhado e, conseqüentemente, ter uma melhor compreensão sobre o momento em que o projeto se encontra.

Por fim, a memória também permite que os conhecimentos gerados se acumulem ao longo do tempo, formando um banco de informações, experiências e ideias que podem ser retomadas, aprimoradas, ou até mesmo desdobradas em outras iniciativas de policiamento comunitário.

É por isso que a memória também significa um material essencial não somente aos futuros participantes e interessados em criar outros projetos, mas também aos presentemente envolvidos, que podem utilizá-la como material de referência, acompanhamento e base para revisões e alterações no andamento do programa.

O que registrar?

Tão importante quanto registrar as realizações do projeto é registrar as *dificuldades enfrentadas* e as medidas que foram adotadas para superá-las. Em primeiro lugar, esse registro permite que as pessoas interessadas em projetos de policiamento comunitário saibam, de antemão, que se depararão com alguns *obstáculos* em seu percurso.

Em segundo lugar, quando os participantes de novas iniciativas conhecem os obstáculos enfrentados por outras experiências, eles já podem planejar, previamente, estratégias para contorná-los.

Nesse sentido, manter um registro sobre os obstáculos e como eles foram enfrentados vai além da ideia de ter um histórico do projeto. A função desse registro é acumular os *conhecimentos* gerados no enfrentamento das dificuldades, sendo, ao mesmo tempo, resultado do projeto e fonte privilegiada de consulta para novas iniciativas.

Além dessas informações, nomes e formas de participação das pessoas e entidades envolvidas com o programa também devem ser registrados. No início de um projeto, essas referências indicam, por exemplo, quais os principais atores e potenciais parceiros locais que podem auxiliar em sua elaboração e/ou execução.

Outra informação importante de ser registrada é o contato das pessoas ou entidades que deram início ao projeto, pois facilitam a comunicação com os novos grupos ou interessados para a troca de experiências e informações. Esse contato possibilita que outros grupos, ao desenvolver projetos similares, possam ter algum tipo de consultoria por aqueles que já trabalharam com a iniciativa.

Procedimentos como esses favorecem uma efetiva troca de ideias, informações e experiências que contribuirão tanto para as iniciativas locais como também para o fortalecimento das práticas de policiamento comunitário.

Como fazer?

Para registrar a memória de um projeto, alguns passos podem ser seguidos. Abaixo, discutiremos alguns deles, com indicações do que se deve registrar em cada um e de como organizar as informações colhidas.

Responsáveis: registrar o nome, telefones, endereços e *e-mails* dos principais responsáveis pelo projeto. Essas informações podem ajudar muito para que outras pessoas interessadas possam obter mais informações sobre o projeto. Para isso, é importante informar, além dos nomes, algum meio de contato (celular, *e-mail*, telefone, endereço etc.).

Resumo: é um breve *relato do projeto*. Tem como função apresentar suas principais informações. Para isso, deve relatar o problema a ser enfrentado, os resultados esperados e a estratégia utilizada.

Objetivo: informa o que o projeto busca alcançar. Além disso, fornece também informações sobre o local onde o projeto será implementado, o tempo de duração e qual seu público-alvo. Essas informações ajudam a localizar rapidamente o foco principal do projeto e a compreender de que forma as ações foram organizadas para atingir os resultados.

Problema: relata as situações que, ao serem percebidas como dificuldades ou oportunidades, motivaram a criação do projeto. Quanto mais claro e delimitado for o problema, maiores serão as chances de compreender os desdobramentos do projeto, as estratégias adotadas, as dificuldades encontradas e os resultados.

Antecedentes: são as informações sobre como era a situação local antes das iniciativas tomadas pelo projeto. Nos antecedentes, pode-se também relatar a ocorrência de tentativas anteriores para enfrentar o problema e quais foram seus resultados.

Área e público-alvo: definem qual a área de atuação do programa e o público a quem ele se destina. Essa demarcação é importante para que, a partir da área de abrangência do projeto, seja possível avaliar seus resultados. Em relação ao público-alvo, é interessante também identificar o número e o perfil das pessoas beneficiadas pelo programa.

Planejamento: é um dos itens mais importantes da memória, pois apresenta como, partindo do problema, as ações foram planejadas e executadas para sua resolução. Nesse item, deve-se fazer uma descrição detalhada do planejamento, das estratégias e meios escolhidos, dos atores envolvidos e de como as responsabilidades foram divididas na execução do projeto. As mudanças na metodologia, decorrentes de obstáculos encontrados na execução do projeto, devem ser também aqui registradas.

Cronograma: lista, em ordem cronológica, as tarefas definidas na metodologia para cada um dos atores envolvidos no programa. Esse item demonstra o tempo de duração de cada uma das etapas do programa.

Resultados: lista os principais resultados alcançados pelo projeto, tanto os positivos e negativos, bem como aqueles que não haviam sido previstos inicialmente, mas que, durante a execução, tornaram-se objetivos e foram também atingidos.

Recursos: descreve os recursos materiais e humanos utilizados, suas fontes e em que medida deu-se o envolvimento de cada ator durante a implementação do programa. Essas informações são essenciais para aqueles que pretendem dar continuidade a ele e para outros que buscam referências para implementar seus próprios projetos.

Obstáculos: lista os principais obstáculos enfrentados para a realização do projeto e relata como essas dificuldades foram enfrentadas.

Avaliação: faz tanto um balanço geral entre os objetivos iniciais e os resultados alcançados, como também relata se houve ou não outros processos de avaliação ao longo do projeto, como foram essas avaliações, em que períodos e como as informações geradas foram usadas.

Organização das informações: tem grande importância para facilitar a leitura e a compreensão do projeto. Para isso, as informações devem ser escritas de maneira clara e ordenadas de forma lógica. Esses cuidados colaborarão tanto para a boa apresentação do projeto, como também para que as boas ideias sejam devidamente destacadas. O quadro abaixo apresenta um formato que pode ser seguido para a realização do registro da memória, tendo como exemplo de preenchimento o projeto Prédios Antenados.

Caso 1 – Prédios Antenados

Nome do Projeto	Prédios Antenados
Responsáveis <ul style="list-style-type: none">- Nomes- Contatos	Elizete Antelmi Fabbri, Presidente do CONSEG Perdizes/Pacaembu - Rua Monte Alegre, n. XXX, CEP 05014-001 - Tel.: (11) XXXX-XXXX; ou Marcos Candido Carvalho, Vice-Presidente do CONSEG Perdizes/Pacaembu - Rua Capital Federal, n. XXX, Tel.: (11) XXXX-XXXX
Resumo <ul style="list-style-type: none">- Problema enfrentado- Resultados esperados- Estratégia utilizada	O projeto Prédios Antenados foi criado para reduzir o número de assaltos, furtos e roubos de veículos e pessoas, sequestros-relâmpagos e arrastões nos edifícios. Para isso, 13 edifícios da região de Pompéia e Sumaré foram interligados, entre si e com a polícia, por um sistema de rádio, e seus moradores foram treinados em técnicas de observação e monitoramento. Envolveram-se nessa iniciativa moradores, o CONSEG Perdizes/Pacaembu e as polícias militar e civil.
Objetivo Geral <ul style="list-style-type: none">- O que se busca alcançar- Local- Duração	O objetivo geral do projeto era contribuir para a redução de crimes na Rua Cayowaá e imediações, interligando os condomínios da região, entre si e com a polícia, através de rádios intercomunicadores. Inicialmente, o projeto foi pensado para funcionar de abril de 2005 a fevereiro de 2006.
Problema <ul style="list-style-type: none">- Situação a ser enfrentada	Alto número de assaltos, furtos e roubos de veículos e pessoas, sequestros-relâmpagos e arrastões nos edifícios da região da Rua Cayowaá.
Antecedentes <ul style="list-style-type: none">- Situação do problema antes do projeto- Tentativas anteriores de resolver o problema	Observa-se nessa região o crescente medo de roubo, assalto, sequestros-relâmpagos, invasões residenciais e condominiais etc. Próximos a alguns edifícios circunscritos ao projeto, concentram-se estabelecimentos, alguns bares e choperias, que, conseqüentemente, tornam esses locais mais suscetíveis a algumas ações criminosas como assaltos, roubos, arrastões e sequestros-relâmpagos.
Área e Público Alvo <ul style="list-style-type: none">- Local de atuação- População a quem o projeto procura atender	O projeto atua em treze edifícios dispostos na Rua Cayowaá ou em suas imediações. O público-alvo desse projeto são, principalmente, os moradores e funcionários desses edifícios.

Planejamento

- Estratégia e meios
- Divisão de tarefas
- Mudanças ocorridas no projeto

A partir do envolvimento dos moradores junto ao NAL-Viva Sumaré e das discussões nas reuniões ordinárias do CONSEG Perdizes/Pacaembu, decidiu-se pela adoção de rádios comunicadores entre os edifícios que, interligados entre si e à polícia, fariam o monitoramento da região.

Para funcionalidade desse sistema, os porteiros, zeladores e síndicos dos prédios receberam treinamento da polícia sobre técnicas de monitoramento e uso dos rádios.

Como forma de controle, cada edifício participante deveria preencher um formulário onde constava o código utilizado na comunicação, endereço, telefone, o nome do responsável pelo local, além de relação das pessoas que operam o rádio.

A polícia também possuía uma relação das pessoas que operam o rádio, bem como um mapa indicativo e ilustrativo das ruas e dos edifícios integrantes dos grupos.

Resultados

- Resultados das ações
- Resultados não previstos

Segundo depoimentos, o projeto ajudou a reduzir os crimes na região e aumentou a sensação de segurança dos moradores.

Foi vencedor do “Prêmio Franco Montoro de Participação Comunitária” no ano de 2006.

Recursos

- Recursos utilizados
- Fontes dos recursos
- Atores envolvidos

Pessoal empregado: 67 funcionários dos edifícios e 14 síndicos dos respectivos prédios.

Parceiros do projeto: polícia militar, polícia civil, diretoria do CONSEG Perdizes/Pacaembu.

Recursos necessários: R\$ 1.500,00 por condomínio, para aquisição de um rádio intercomunicador portátil.

Fontes dos recursos: moradores de cada condomínio.

Obstáculos

- Situações que dificultaram a realização dos objetivos
- Formas de enfrentamento

Escolha da tecnologia mais adequada devido à geografia do bairro, que é bastante sinuosa e com muitos prédios. Essa particularidade dificultava a comunicação entre os rádios.



POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Polícia e Comunidade na
Construção da Segurança

CAPÍTULO 3

AVANÇOS E OBSTÁCULOS

Neste capítulo, discutiremos alguns avanços e obstáculos encontrados pelo policiamento comunitário, tanto no Brasil como em outros países. O objetivo dessa discussão é antecipar alguns obstáculos que podem surgir ao longo da implementação dos projetos e, sempre que possível, apresentar sugestões que foram, ou podem ser, implementadas para a superação desses obstáculos.

Policiamento comunitário - Avanços

Importância do modelo: tanto nacional como internacionalmente, a filosofia do policiamento comunitário tem se destacado como uma das mais importantes iniciativas na área de policiamento e segurança pública. No Brasil, a incorporação dessas ideias para discutir formas de policiamento foi impulsionada pelos resultados positivos de seus programas e pode ser considerada um grande avanço no trato da segurança pública.

Policiamento preventivo: a possibilidade de trabalhar na perspectiva da prevenção foi outra grande inovação para os padrões de policiamento até então existentes. Agindo na origem do problema, esse modo de policiamento ajuda a evitar que pequenos problemas e conflitos tomem proporções maiores, exigindo, conseqüentemente, intervenções mais complexas e de maior custo.

Reaproximação entre polícia e comunidade: alguns programas de policiamento comunitário têm produzido importantes mudanças nas práticas das polícias e da população, como, por exemplo, a inclusão de não-policiais nas discussões, planejamentos e ações de segurança pública, parcerias entre polícia e comunidade, preocupação com as expectativas dos cidadãos etc.

Ações locais: o policiamento comunitário, ao incluir os moradores para discutir, planejar e executar algumas ações de segurança, colabora para que sejam desenvolvidos projetos que levem em conta as necessidades e especificidades de cada localidade. Assim, essas ações tendem a ser muito mais práticas, eficazes e participativas na resolução de problemas locais.

Aumento da confiança: por ser um trabalho participativo, que busca envolver e dialogar com diferentes atores e saberes, a própria rotina de trabalho do policiamento comunitário não só aproxima polícia, comunidade e outros atores, como

também cria as condições para que se estabeleçam as relações mútuas de confiança. Onde o policiamento comunitário foi efetivamente implantado, a percepção tanto da polícia pela comunidade como da comunidade pela polícia, é muito mais positiva e, conseqüentemente, a relação é muito mais colaborativa.

Desenvolver uma discussão mais avançada sobre segurança: quando os diferentes atores participam da discussão sobre as questões de segurança, isso permite que a população perceba os limites da atuação policial, a necessidade de articular outros órgãos para a resolução dos problemas e a importância da sua participação ativa nessas questões. À polícia, permite perceber quais são as prioridades da população e quais são, de fato, os fatores que geram insegurança nessa população, permitindo aos policiais terem uma outra imagem de sua própria atividade: algo além da repressão à criminalidade.

Efetividade contra crimes de maior violência: o policiamento comunitário mostrou-se também muito efetivo em áreas de grande violência e complexidade criminal, como, por exemplo, áreas controladas por facções criminosas e com grande número de homicídios. Por trabalhar com a comunidade e, com ela, desenvolver trabalhos específicos para o local, a presença da polícia não apenas se torna mais permanente na comunidade como também sua atuação não fica restrita à repressão. Essa presença constante da polícia coíbe ações criminosas e quando ela é, de fato, qualificada e interativa, aos poucos vai mudando a visão tanto da comunidade como da polícia, fortalecendo assim a confiança e aumentando a sensação de segurança. Além disso, quando há de fato uma ação integrada, o policiamento comunitário pode trazer também para a comunidade vários serviços que, mesmo não sendo propriamente policiais, podem contribuir para melhora das condições de vida e segurança locais.

Maior transparência e controle das atividades: o policiamento comunitário, por discutir questões relacionadas à segurança pública, permite que a população conheça e acompanhe o trabalho policial, como também instrumentaliza a população para que discuta, de forma mais qualificada, as políticas e os projetos de segurança pública. Além disso, a participação da comunidade nas discussões sobre a segurança local colabora para que ela fiscalize e denuncie procedimentos ilegais da polícia, contribuindo para a redução de possíveis abusos de policiais na comunidade. Por fim, as experiências mais exitosas do policiamento comunitário ocorreram onde a prevenção e fiscalização da violência policial foi estabelecida como prioridade.

Valorização do trabalho policial: quando os policiais participam apenas das tarefas repressivas de sua atividade, não conseguem ver resultados, a curto ou médio prazos, que representem melhora significativa na segurança da população. Policiais relatam que, muitas vezes, sua atividade limita-se a “enxugar gelo” e sentem-se frustrados por saberem que a rotina de prender criminosos não é suficiente para resolver os problemas da segurança. De forma contrária, quando participam de ações preventivas, que apresentam resultados positivos, sentem-se muito mais

recompensados e valorizados enquanto profissionais, pois percebem que sua atividade foi fundamental para a implementação de mudanças e melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Estabelece novas diretrizes para o perfil do policial: em países em que o policiamento comunitário está estabelecido há mais tempo, novas exigências e habilidades foram incorporadas na seleção dos candidatos à atividade policial. Além dos requisitos exigidos para a dedicação ao serviço público e para as atividades práticas da polícia, os novos membros das forças precisam apresentar também outras habilidades: serem capazes de se comprometer e atuar em um espectro mais amplo de responsabilidades, ter habilidade para trabalhos em parceria e facilidade de comunicação. Isso resulta na melhora da qualidade do trabalho prestado pela polícia, uma vez que a população passa a ter um profissional com o perfil mais próximo daquele que deseja.

Policiamento comunitário - Obstáculos

Violência e crime organizado: a escalada da violência, do tráfico de drogas e armas e do crime organizado, principalmente a partir dos anos oitenta, estimulou, em parte da população, a demanda e aceitação de políticas de segurança pública de caráter repressivo. Esse tipo de política ainda encontra forte apoio entre a população.

Hierarquia e burocracia no processo decisório: nem sempre o processo decisório é fácil e rápido nas discussões do policiamento comunitário. Se por um lado, a presença dos agentes públicos é de fundamental importância para o policiamento comunitário, por outro, nem sempre a tomada de decisão é tão rápida e de acordo com o que se espera. A experiência tem mostrado que, algumas vezes, apesar da participação e do empenho dos representantes públicos nas discussões do policiamento comunitário, a tomada de decisão, em alguns casos, não depende exclusivamente deles, mas de seus superiores. Além disso, outro obstáculo bastante comum é que as instituições não só podem ter procedimentos próprios para as tomadas de decisão, mas esses procedimentos podem variar ao longo do tempo, dependendo de quem as dirige.

Obstáculos políticos: também dificultam o policiamento comunitário. Esses obstáculos vão desde o desconhecimento e o desinteresse dos poderes públicos locais pelo policiamento comunitário, ou a nomeação de poucos policiais ou funcionários de outros setores públicos para trabalharem com o policiamento comunitário até a relação, nem sempre cooperativa, entre as polícias militar e civil.

Falta de continuidade: o policiamento comunitário, para ser efetivamente implantado, precisa ser institucionalizado como uma política pública de segurança e ter continuidade ao longo do tempo. Por mais importantes que sejam os projetos de policiamento comunitário, eles, sozinhos, não são suficientes para mudar a filosofia

geral de policiamento. Contudo, a existência e a persistência desses projetos contribuem para ampliar as discussões sobre segurança pública e policiamento, formando uma massa crítica que pode contribuir e pressionar os poderes públicos em direção a essa mudança.

Pouca cooperação: a baixa cooperação e integração entre a polícia militar e a polícia civil ou, até mesmo, entre as polícias e os demais órgãos relacionados à segurança pública podem impedir o desenvolvimento de um trabalho de policiamento comunitário mais amplo e efetivo.


Repressão x Prevenção: para muitos gestores ainda impera o entendimento de que investir em formas de policiamento preventivo significaria abandonar o policiamento repressivo. Essas duas formas de policiamento não são excludentes, mas complementares. O policiamento comunitário é mais uma estratégia de policiamento.

Baixa cultura associativa: de maneira geral, o envolvimento da população para discutir questões comunitárias é ainda baixo. Assim, nem sempre é fácil reunir um grupo na comunidade para discutir as questões locais relacionadas à segurança.

Áreas dominadas pelo crime: áreas que se encontram paralisadas pelo crime e pelo medo impedem a participação comunitária. Nesse contexto não há coesão comunitária, mas suspeitas e desconfiança ao invés da boa vizinhança. Muitas vezes, as pessoas se recusam a participar das discussões sobre segurança por medo de retaliação dos chefes do crime local, por acreditarem que a polícia não é capaz de resolver o problema ou mesmo porque consideram a polícia hostil em relação à sua comunidade.

Rotatividade: com frequência, questões internas obrigam a transferência de policiais. Isso pode prejudicar programas de policiamento comunitário quando os policiais engajados no programa são afastados. Em algumas situações, o policial que o substitui não tem interesse em dar continuidade ao trabalho anterior, desconstruindo assim a parceria que até então se tinha com a polícia. Outra dificuldade é que, nem sempre, o policial designado conhece a região onde atuará. Isso dificulta a elaboração das ações, principalmente quando há poucas informações sobre o que já foi levantado e feito. Há casos em que programas bem-sucedidos foram interrompidos após a saída dos policiais que encabeçavam o projeto. Isso reforça a necessidade de descentralização da gestão do projeto e do registro de suas ações como forma de garantir a continuidade dos trabalhos mesmo em situações desfavoráveis como essa.

Falta de confiança: é importante salientar que, algumas vezes, a população não estabelece parcerias com a polícia por motivos que podem estar relacionados ao simples fato de não acreditar na eficiência de seu trabalho para a resolução do problema ou até mesmo por temê-la e não confiar em seus agentes. As más experiên-



cias vividas ou conhecidas pela população causam enorme impacto na sua crença na instituição policial. Isso significa que, em determinados locais, antes de tudo, a polícia tem que convencer o cidadão de que ela pode prestar um bom serviço sempre que ele precisar. Somente ocorrendo essa conciliação, a polícia pode reconquistar o respeito e a confiança da população.

Conhecer as possibilidades e dificuldades que envolvem o policiamento comunitário, permite, ao iniciar um projeto, ter uma previsão tanto do que pode ser conquistado como também antecipar algumas dificuldades que poderão ser encontradas. Isso permite a elaboração prévia de estratégias para solucionar o problema e identificar quais ações necessitarão de mais tempo que outras, pois exigirão restabelecer a confiança entre os parceiros.

Considerar esses aspectos permite que o policiamento comunitário seja mais que um projeto voltado a problemas específicos da comunidade. Na prática, significa pensar e planejar qual é o tipo de segurança e polícia que se deseja.



POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Polícia e Comunidade na
Construção da Segurança

Apresentaremos aqui diferentes projetos de Policiamento Comunitário, realizados tanto no Brasil como e outros países.

Crianças: prevenção de acidentes

Nome do Projeto	Futebol Seguro: “Bom de Bola, Bom na Escola.”
<p>Responsáveis</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nomes - Contatos 	<p>26º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais Sargento Winder Luiz Cassimiro Cabo Valter Coelho da Silva Tel.: (31) 3833-5217</p>
<p>Resumo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Problema enfrentado - Resultados esperados - Estratégia utilizada 	<p>O projeto busca enfrentar e prevenir os atropelamentos de crianças que costumam jogar futebol na rua. Além desse problema, o projeto também busca reduzir o conflito que essa atividade muitas vezes gera com os moradores do local onde ela ocorre.</p> <p>Para enfrentar esse problema, buscou-se encontrar um local seguro para essa prática esportiva. Para participar do projeto, as crianças deveriam apresentar bom rendimento escolar, espírito de equipe e respeito ao próximo. Para isso, o desenvolvimento escolar dos participantes era acompanhado e eram realizadas atividades que favoreciam o trabalho em grupo e o respeito ao próximo.</p>
<p>Objetivo Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> - O que se busca alcançar - Local - Duração 	<p>O principal objetivo do programa é reduzir a possibilidade de acidentes de trânsito com crianças que praticam esporte nas ruas.</p> <p>O local foi implementado no município de Bom Jesus do Amparo/MG.</p>
<p>Problema</p> <ul style="list-style-type: none"> - Situação a ser enfrentada 	<p>Grande número de crianças brincando nas ruas, o que aumentava a possibilidade de acidentes de trânsito.</p>
<p>Antecedentes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Situação do problema antes do projeto - Tentativas anteriores de resolver o problema 	<p>Não há informações.</p>

Área e Público Alvo

- Local de atuação
- População a quem o projeto procura atender

O público-alvo do projeto eram crianças de 8 a 12 anos que estavam regularmente matriculadas em qualquer escola da cidade de Bom Jesus do Amparo/MG.

Planejamento

- Estratégia e meios
- Divisão de tarefas
- Mudanças ocorridas no projeto

O projeto contou com a ajuda do Conselho Comunitário de Segurança Pública (CONSEP) da cidade e dos pais das crianças envolvidas no projeto. Ambos foram mobilizados pelos policiais militares idealizadores do projeto.

Em conjunto, polícia e comunidade definiram o público-alvo da ação, a periodicidade da prática esportiva (dois dias por semana), além da identificação de um local seguro para essa prática (estádio de futebol Raimundo Dias).

Os recursos necessários para viabilizar o projeto foram levantados através de parcerias. A Secretaria Municipal de Esportes contribuiu com o fornecimento de material esportivo.

Voluntários trabalhavam como “treinadores”, orientando as atividades físicas das crianças e monitorando seu rendimento escolar.

Os resultados positivos do programa incentivaram seus coordenadores a pensar em expandir o projeto para outros núcleos da cidade.

Resultados

- Resultados das ações
- Resultados não previstos

Percebeu-se que o projeto contribuiu para a prevenção acidentes de trânsito. Além disso, pais e professores atestaram a melhora tanto do comportamento doméstico das crianças, quanto de seu rendimento escolar.

Recursos

- Recursos utilizados
- Fontes dos recursos
- Atores envolvidos

Foram utilizados recursos da Secretaria Municipal de Esportes, que contribuiu com o fornecimento de material esportivo (bolas, cones, uniformes etc.).

Integrantes da comunidade, principalmente os pais das crianças, e policiais militares atuaram no projeto organizando e acompanhando as atividades das crianças, assim como seu desempenho escolar.

Obstáculos

- Situações que dificultaram a realização dos objetivos
- Formas de enfrentamento

Não há informações.

Crianças e adolescentes: drogas

Nome do Projeto

PROCIN (Promovendo Cidadania)

Responsáveis

- Nomes
- Contatos

Base Comunitária Beira Rio, Cuiabá

Coordenador: Soldado BM Jeffersson Werley

Autores do programa: Sd. Werley (bombeiro) e Sd. Anderson Rosa (PM).

<p>Resumo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Problema enfrentado - Resultados esperados - Estratégia utilizada 	<p>O programa Promovendo Cidadania busca aproximar a polícia da sociedade. Através de atividades educativas, procura promover noções de cidadania, valorização da vida e prevenir que crianças e adolescentes se envolvam com drogas.</p>
<p>Objetivo Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> - O que se busca alcançar - Local - Duração 	<p>Aproximar-se da comunidade, promover noções de cidadania, valorização da vida e prevenir acidentes e o envolvimento de crianças e adolescentes com drogas.</p> <p>O programa existe desde 2007 e não tem prazo para o encerramento.</p>
<p>Problema</p> <ul style="list-style-type: none"> - Situação a ser enfrentada 	<p>Violência, acidentes e o envolvimento de crianças e adolescentes com drogas.</p>
<p>Antecedentes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Situação do problema antes do projeto - Tentativas anteriores de resolver o problema 	<p>Não há informações.</p>
<p>Área e Público Alvo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Local de atuação - População a quem o projeto procura atender 	<p>Alunos da pré-escola até 8ª série dos bairros de Beira Rio, São Mateus e Praeirinho.</p>
<p>Planejamento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estratégia e meios - Divisão de tarefas - Mudanças ocorridas no projeto 	<p>O programa é realizado em sala de aula e é dividido em 10 aulas, sendo uma por semana.</p> <p>O conteúdo programático envolve os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> I - apresentação do programa aos alunos; II - definição de drogas; III - impacto social do uso de drogas; IV - menores infratores, roubos, furtos etc.; V - prevenção a acidentes e queimaduras; VI - acidente de trânsito e primeiros socorros; VII - sexualidade, gravidez na adolescência, doenças (com profissionais da área); VIII - mostra de equipamentos da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros (viaturas, equipamentos de apoio etc.); IX - revisão de todas as matérias ministradas e redação (com premiação); X - formatura dos alunos com entrega de certificado.
<p>Resultados</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resultados das ações - Resultados não previstos 	<p>Não há informações.</p>

Recursos

- Recursos utilizados
- Fontes dos recursos
- Atores envolvidos

O programa é desenvolvido em parceria entre a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, escola, família, Instituições Educacionais de Ensino Superior, Centro de Saúde e Delegacia da Infância e da Juventude.

Obstáculos

- Situações que dificultaram a realização dos objetivos
- Formas de enfrentamento

Não há informações.

Crianças: prevenção de acidentes

Nome do Projeto**Companhia Solidária****Responsáveis**

- Nomes
- Contatos

Secretaria do Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), através da Coordenadoria de Polícia Comunitária e da Polícia Militar do Mato Grosso.

Telefones: (65) 665-1821 e (65) 665-1817

Resumo

- Problema enfrentado
- Resultados esperados
- Estratégia utilizada

O projeto Companhia Solidária busca, através de atividades extraescolares, contribuir com o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Como resultado, espera-se diminuir a vulnerabilidade de crianças e adolescentes em relação à violência e acidentes.

Além da Polícia Militar e da comunidade, esse projeto conta com o apoio da Universidade Federal do Mato Grosso.

Objetivo Geral

- O que se busca alcançar
- Local
- Duração

Prevenir, através de atividades construtivas, que essas crianças e adolescentes fiquem nas ruas, expostas à violência e outras condições inseguras, principalmente no período em que não estão na escola.

O projeto foi desenvolvido nos bairros São Mateus e Pedra 90, onde está a Companhia de Polícia Beira Rio.

Problema

- Situação a ser enfrentada

Grande número de crianças e adolescentes nas ruas e em situação de risco, fora do horário escolar.

Antecedentes

- Situação do problema antes do projeto
- Tentativas anteriores de resolver o problema

Não há informações.

<p>Área e Público Alvo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Local de atuação - População a quem o projeto procura atender 	<p>Crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos, moradoras dos bairros São Mateus e Pedra 90, Cuiabá, Mato Grosso.</p>
<p>Planejamento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estratégia e meios - Divisão de tarefas - Mudanças ocorridas no projeto 	<p>O projeto funciona nos períodos matutino e vespertino. Nele, os participantes têm aulas de reforço escolar e atividades de música (canto e coral, viola de cocho e violão e flauta), esportes (atletismo e natação), artes plásticas e danças regionais.</p> <p>As atividades esportivas e recreativas são coordenadas por profissionais de educação física da Universidade Federal de Mato Grosso e realizadas na própria universidade. O transporte à universidade é feito pela Polícia Militar.</p> <p>A universidade também disponibiliza atendimentos psicológicos e médicos aos participantes do projeto.</p>
<p>Resultados</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resultados das ações - Resultados não previstos 	<p>Não há informações.</p>
<p>Recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recursos utilizados - Fontes dos recursos - Atores envolvidos 	<p>Os recursos para o projeto provieram da:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso: disponibilizando o espaço físico onde atualmente funciona o projeto e doando instrumentos musicais. - Coordenadoria de Polícia Comunitária e Companhia de Polícia Beira Rio: viabilizando recursos humanos e veículo para o transporte das crianças e adolescentes. <p>Além desses, o projeto também contou com a parceria da:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Igreja São José Operário: que disponibilizou o espaço onde inicialmente funcionou o projeto. - Universidade Federal do Mato Grosso: disponibilizando profissionais e o espaço físico para atividades recreativas e esportivas. - Pais: que atuavam como voluntários. - Empresa Maxvinil: que reformou o espaço onde atualmente funciona o projeto e doou instrumentos musicais.
<p>Obstáculos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Situações que dificultaram a realização dos objetivos - Formas de enfrentamento 	<p>Não há informações.</p>

Idosos: prevenção da violência e acidentes

Nome do Projeto	Apoio 65 – Idosos em Segurança
<p>Responsáveis</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nomes - Contatos 	<p>Polícia de Segurança Pública de Portugal</p> <p>Site:</p> <p>www.psp.pt/pages/programasespeciais/apoi65.aspx</p>
<p>Resumo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Problema enfrentado - Resultados esperados - Estratégia utilizada 	<p>Ao aproximar a polícia da população idosa, o programa procura prevenir a violência contra os idosos e reforçar o sentimento de segurança dessa população. Para isso, a polícia buscou identificar na comunidade possíveis problemas que poderiam interferir na segurança desses cidadãos. Coube também à polícia, quando necessário, prestar assistência aos idosos vítimas de violência e acompanhar os pós-vítimados.</p>
<p>Objetivo Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> - O que se busca alcançar - Local - Duração 	<p>Prevenir e evitar situações de risco aos idosos.</p> <p>O local em que o projeto é realizado é a região de Lisboa, Portugal. O programa iniciou-se em 2006 e continua até os dias de hoje.</p>
<p>Problema</p> <ul style="list-style-type: none"> - Situação a ser enfrentada 	<p>Violência contra os idosos.</p>
<p>Antecedentes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Situação do problema antes do projeto - Tentativas anteriores de resolver o problema 	<p>Não há informações.</p>
<p>Área e Público Alvo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Local de atuação - População a quem o projeto procura atender 	<p>O público-alvo do programa é a população idosa das cidades de Lisboa, Porto, Açores e Funchal, São João da Madeira, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Peniche, Portalegre, Abrantes, Montijo, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.</p>
<p>Planejamento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estratégia e meios - Divisão de tarefas - Mudanças ocorridas no projeto 	<p>Os policiais, em equipes, têm como missão prevenir a violência através da vigilância de áreas majoritariamente ocupadas por idosos. Para isso, houve o reforço de policiamento dos locais públicos mais frequentados por idosos; a criação de uma rede de contatos diretos e imediatos entre os idosos e a polícia, em caso de necessidade; instalação de telefones nas residências das pessoas que vivem mais isoladas e têm menores defesas; colaboração com outras entidades que prestam apoio à 3ª idade.</p> <p>Ao detectarem problemas, os policiais intervêm, atuando na prevenção e, quando necessário, no socorro às vítimas.</p>

<p>Resultados</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resultados das ações - Resultados não previstos 	<p>Percebeu-se, após a implantação do projeto, a queda de queixas por parte dos idosos sobre criminalidade e violência.</p>
<p>Recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recursos utilizados - Fontes dos recursos - Atores envolvidos 	<p>Não há informações.</p>
<p>Obstáculos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Situações que dificultaram a realização dos objetivos - Formas de enfrentamento 	<p>Não há informações.</p>

A população portuguesa é composta por 16,4% com idade compreendida entre os zero e os 14 anos, 66,2% entre os 15 e os 64 anos e 17,4% com mais de 65 anos. A expectativa média de vida é de 78,04 anos. Já conta, portanto, com um grande contingente de cidadãos idosos e as perspectivas são de que essa população aumente ainda mais nos próximos anos.

É importante ressaltar que a existência, no Brasil, de um estatuto do idoso pode facilitar a implementação de programas semelhantes.

Indígenas e pessoas com deficiências: álcool e drogas

Nome do Projeto	Ação Inclusiva (PROERD)
<p>Responsáveis</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nomes - Contatos 	<p>Major Sérgio Flores de Campos - Comando Regional Fronteira Noroeste, Rio Grande do Sul. Tel.: (55): 3512-6499 e-mail: campos@brigadamilitar.rs.gov.br</p>
<p>Resumo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Problema enfrentado - Resultados esperados - Estratégia utilizada 	<p>O projeto Ação Inclusiva busca prevenir o uso de álcool e drogas entre portadores de deficiências e indígenas. As especificidades desses grupos exigem que a metodologia do PROERD seja reformulada e adaptada para atingir os objetivos estabelecidos.</p>

<p>Objetivo Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> - O que se busca alcançar - Local - Duração 	<p>Prevenir e reduzir o consumo de álcool e o uso de drogas entre portadores de deficiência e indígenas das cidades de Santa Rosa e Tenente Portela (RS). O projeto existe desde 2007 e não possui prazo para seu encerramento.</p>
<p>Problema</p> <ul style="list-style-type: none"> - Situação a ser enfrentada 	<p>Alcoolismo e uso de drogas entre portadores de deficiência e indígenas.</p>
<p>Antecedentes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Situação do problema antes do projeto - Tentativas anteriores de resolver o problema 	<p>Não há informações.</p>
<p>Área e Público Alvo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Local de atuação - População a quem o projeto procura atender 	<p>Crianças e adolescentes, alunos das escolas indígenas Bento Pi Gog, Gomerindo Jet Tenh Ribeiro e Um Kej, no Município de Tenente Portela (RS), e alunos portadores de deficiência da Escola de Educação Especial Albino Mincks, no Município de Santa Rosa (RS).</p>
<p>Planejamento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estratégia e meios - Divisão de tarefas - Mudanças ocorridas no projeto 	<p>A estratégia adaptada para trabalhar com a prevenção do alcoolismo e do consumo de drogas entre portadores de deficiência e indígenas foi aprimorar a metodologia desenvolvida pelo PROERD.</p> <p>Para atender as especificidades desses grupos, foi necessário reformular e adaptar o material até então existente. Assim, foram criados dois novos guias de orientação: um para trabalhar com a comunidade indígena e outro para o grupo portador de deficiência.</p> <p>Para desenvolver esse material, contou-se com os professores das escolas indígenas de Tenente Portela e da escola Albino Mincks, de Santa Rosa.</p> <p>Na comunidade indígena, foi necessário realizar uma reunião com a liderança local para explicar o que se pretendia fazer, antes de iniciar o projeto. Com a anuência da liderança local, iniciaram-se as conversas para desenvolver o material. Ter a permissão da liderança para realizar o projeto foi também fundamental para que os membros da comunidade participassem das atividades propostas.</p> <p>Um membro da própria comunidade indígena foi destacado para trabalhar como instrutor local do PROERD.</p>
<p>Resultados</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resultados das ações - Resultados não previstos 	<p>Não há informações.</p>
<p>Recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recursos utilizados - Fontes dos recursos - Atores envolvidos 	<p>Os atores envolvidos nesse caso foram: coordenação e professores das escolas, a liderança da aldeia dos índios “kaingang” e os membros da polícia militar que atuam como instrutores do PROERD.</p>

Obstáculos

- Situações que dificultaram a realização dos objetivos
- Formas de enfrentamento

O material original do PROERD possui vários exercícios, desenhos, dinâmicas para chamar a atenção e envolver os participantes.

Contudo, percebeu-se que seu conteúdo era voltado para o contexto urbano. Assim, muitas brincadeiras e análises de casos sugeridos não tinham relação com o contexto em que se propunha trabalhar.

Essas dificuldades trouxeram a necessidade de reformular e adaptar o material até então existente. O material desenvolvido para os indígenas, por exemplo, passou a utilizar a linguagem “kaingang” e algumas brincadeiras locais para atrair a atenção e facilitar a compreensão das crianças.

Jovens: vulnerabilidade e criminalidade

Nome do Projeto	Esporte à Meia Noite
Responsáveis <ul style="list-style-type: none">- Nomes- Contatos	Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - www.ssp.df.gov.br Paulo César Vieira Neves (Gerente de Programas Comunitários) Tel.: (61) 3901-5803 <i>e-mail:</i> esporteameianoite@ssp.df.gov.br
Resumo <ul style="list-style-type: none">- Problema enfrentado- Resultados esperados- Estratégia utilizada	<p>O projeto busca, através de atividades esportivas, culturais e educativas, influenciar positivamente na formação de jovens.</p> <p>Para isso, coloca à disposição dos jovens um local permanente e seguro, para práticas de atividades culturais educativas e esportivas.</p> <p>Através dessa estratégia, o projeto busca reduzir o envolvimento de jovens com a criminalidade.</p>
Objetivo Geral <ul style="list-style-type: none">- O que se busca alcançar- Local- Duração	<p>Combater, de forma preventiva, a criminalidade juvenil, por meio do desenvolvimento de ações esportivas, de qualificação profissional e de lazer, destinadas à expressão de seus valores culturais e voltadas à construção da cidadania.</p> <p>Propiciar a maior integração dos jovens em suas famílias por meio de informação e participação dos pais e responsáveis nas atividades do projeto.</p> <p>Promover a interação do sistema de segurança pública com as comunidades beneficiadas pelo projeto.</p> <p>Criar um sistema multissetorial de atuação, voltado ao atendimento do segmento juvenil de baixa renda, articulando ações e maximizando recursos disponíveis.</p> <p>O projeto existe desde 1999. Atualmente é desenvolvido em diferentes cidades do Distrito Federal (Planaltina, Gama, Ceilândia, Samambaia) e não tem tempo de duração definido.</p>

Problema

- Situação a ser enfrentada

Grande número de adolescentes e jovens expostos a situações de risco e à violência.

Antecedentes

- Situação do problema antes do projeto
- Tentativas anteriores de resolver o problema

Pesquisa realizada pela UNESCO (Abramovay, Miriam. 1999), entre os jovens que residem nas cidades satélites de Planaltina, Ceilândia e Samambaia, constatou que pelo menos 4.800 jovens entre 15 e 24 anos de idade integram algum agrupamento juvenil, mais conhecido como gangue ou galera. Sendo que, desse total, 40% são mulheres, conforme dados da SSP/DF.

Em Planaltina, havia em 1999 cerca de 06 grupos juvenis atuando na região, provocando tumultos urbanos e criando pânico entre a população.

Dados fornecidos pela SSP/DF, relativos ao ano de 1998, registravam 214 atos infracionais em Planaltina envolvendo crianças e adolescentes: Lesões Corporais (36), Ameaças (28) e Homicídios (09). Desse total, 81,3% foram praticados por garotos entre 09 e 17 anos e 18,69% por meninas entre 12 e 17 anos. No primeiro semestre de 1999, foram registradas 28 ocorrências de autoria de crianças e adolescentes, sendo que o ápice dessas infrações ocorria entre as 22h e 02h, período que coincide com o horário de encerramento das aulas escolares noturnas.

Área e Público Alvo

- Local de atuação
- População a quem o projeto procura atender

O projeto destina-se a adolescentes e jovens entre 13 e 17 anos, das cidades de Planaltina, Gama, Ceilândia e Samambaia, no Distrito Federal.

Planejamento

- Estratégia e meios
- Divisão de tarefas
- Mudanças ocorridas no projeto

Para influenciar positivamente na formação dos jovens, o projeto planeja atrair os jovens através de atividades educativas de fácil aceitação como esportes e cultura. Através dessas atividades são trabalhadas regras de convivência, tolerância, respeito à diversidade, resolução não violenta de conflitos etc.

Para realização dessas atividades, o projeto coloca à disposição dos jovens locais permanentes e seguros para a realização dessas atividades. Esses locais funcionam de segunda a sexta, entre 11h da noite e 02h da manhã, para a realização de atividades culturais e esportivas.

As atividades são monitoradas por bombeiros militares, com formação em Educação Física e Primeiros Socorros.

A escolha dos bombeiros deve-se ao respeito que essa categoria possui diante da população e sua imagem não estar associada a atuações repressivas.

Além desses, uma psicóloga e uma assistente social também atuam no projeto, desenvolvendo um trabalho psicossocial e educativo com os jovens e, quando necessário, realizam acompanhamentos individuais e familiares.

A segurança do local e dos participantes é feita por policiais civis e militares.

O projeto conta também com dois motoristas e dois ônibus para o transporte dos jovens.

Resultados

- Resultados das ações
- Resultados não previstos

Em Planaltina, onde foi realizado em 1999 o piloto do projeto, foram atendidos cerca de 90 jovens e adolescentes, em sua maioria entre 13 e 17 anos. Após terem passado pelo projeto, 50 desses jovens frequentaram cursos de capacitação profissional (*office boy*, secretariado, massagista, técnicas de vendas e instalação de TV a cabo) oferecidos pela Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda e pelo Programa Brasileiro de Apoio ao Trabalhador.

O programa também funcionou como uma ação preventiva às gangues juvenis e contribuiu para minimizar a violência gerada por elas.

Dados já levantados nos três primeiros meses de funcionamento do projeto piloto demonstram que houve redução de 30% entre os crimes gerais, 50% nos casos de estupro, 52,38% nos casos de roubo e 75% nos casos de lesão corporal.

Não se registrou, para essa faixa etária, durante esse período, homicídios, porte e uso de tóxicos e porte e disparo de arma de fogo.

Recursos

- Recursos utilizados
- Fontes dos recursos
- Atores envolvidos

O custo aproximado para abertura de um núcleo e seu funcionamento pelo período de um ano é de cerca de R\$ 35.000,00, inclusos alimentação e materiais esportivos.

O transporte pode ser disponibilizado pelo governo.

O programa conta com o patrocínio da CAESB (Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal) e com as seguintes parcerias:

- Polícia Militar do Distrito Federal;
- Polícia Civil do Distrito Federal;
- Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;
- Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social e do Trabalho do DF;
- Secretaria de Estado de Educação do DF;
- Ministério da Saúde.

Obstáculos

- Situações que dificultaram a realização dos objetivos
- Formas de enfrentamento

Falta de verbas para expansão do programa, que foi posteriormente resolvida a partir do encaminhamento de recursos do PRONASCI.

Jovens: vulnerabilidade e criminalidade

Nome do Projeto	Fica Vivo
Responsáveis <ul style="list-style-type: none">- Nomes- Contatos	Secretaria Estadual de Defesa Social de Minas Gerais Kátia Simões Tel.: (31) 2129-9620 E-mail: ficavivo@yahoo.com.br
Resumo <ul style="list-style-type: none">- Problema enfrentado- Resultados esperados- Estratégia utilizada	<p>O projeto Fica Vivo! tem como objetivo reduzir as altas taxas de homicídios presentes em algumas comunidades da região metropolitana de Belo Horizonte e algumas cidades do interior de MG.</p> <p>Para atingir esse objetivo, o projeto buscou combinar ações repressivas às preventivas. As ações preventivas envolveram atores tanto dos diferentes setores dos poderes públicos como também da comunidade local.</p>
Objetivo Geral <ul style="list-style-type: none">- O que se busca alcançar- Local- Duração	<p>Diminuir as taxas de homicídios presentes em algumas comunidades da região metropolitana de Belo Horizonte e em algumas cidades do interior de MG.</p> <p>O projeto iniciou-se em 2002. Em 2003, foi institucionalizado pelo governo de Minas Gerais e não possui prazo determinado de encerramento.</p>
Problema <ul style="list-style-type: none">- Situação a ser enfrentada	O grande número de adolescentes e jovens, entre 12 e 24 anos, vítimas e perpetradores de homicídios na região metropolitana de Belo Horizonte e em algumas cidades do interior de MG.
Antecedentes <ul style="list-style-type: none">- Situação do problema antes do projeto- Tentativas anteriores de resolver o problema	<p>Um diagnóstico realizado pelo Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFGM) mostrou que, entre 1997 e 2001, os homicídios na região metropolitana de Belo Horizonte cresceram 100%. Esse diagnóstico mostrou ainda que, na maior parte dos casos, jovens, com menos de 24 anos, estavam envolvidos nos homicídios, tanto como vítimas como perpetradores. Percebeu também que os homicídios se concentravam em áreas conhecidas de grande vulnerabilidade social, como vilas e favelas.</p> <p>Para tentar controlar e reduzir os homicídios, foi realizada uma pesquisa com a população das áreas mais atingidas para tentar identificar suas principais carências. A partir disso, foi elaborado um plano de emergência que resultou na criação do Fica Vivo! - Programa de Controle de Homicídios.</p> <p>Um piloto do projeto foi então realizado na comunidade Morro das Pedras, uma das maiores favelas de Belo Horizonte, onde, até 2002, eram registrados metade de todos os assassinatos cometidos na cidade.</p> <p>Os resultados conseguidos nessa comunidade incentivaram a ampliação do projeto para outras áreas da região metropolitana de BH e para algumas cidades do interior de MG.</p>

<p>Área e Público Alvo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Local de atuação - População a quem o projeto procura atender 	<p>O público-alvo do projeto é formado por adolescentes e jovens, entre 12 e 24 anos, moradores de áreas com altas taxas de homicídios.</p> <p>Belo Horizonte: Morro das Pedras, Pedreira Prado Lopes, Cabana do Pai Tomás, Serra, Santa Lucia, Conjunto Felicidade, Alto Vera Cruz, Ribeiro de Abreu e Barreiro.</p> <p>Região Metropolitana de Belo Horizonte: Ribeirão das Neves, Contagem, Betim, Santa Luzia, Sabará e Vespasiano.</p> <p>Interior do Estado: Uberlândia, Uberaba, Ipatinga, Governador Valadares e Montes Claros.</p>
<p>Planejamento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estratégia e meios - Divisão de tarefas - Mudanças ocorridas no projeto 	<p>A partir de diagnósticos qualitativos e quantitativos (informações sobre crimes violentos, população, rede local, dinâmica criminal local, levantamento do patrimônio cultural etc.) é elaborado um plano local de prevenção.</p> <p>A partir desse plano, é criado um núcleo de prevenção, que receberá e avaliará projetos de oficinas, realizará fóruns comunitários, reunirá a rede de parceiros locais, formará e se reunirá periodicamente com o grupo de intervenção estratégica e organizará estudos técnicos para os membros do grupo de intervenção estratégica e com os policiais do Grupo Especializado de Policiamento em Áreas de Risco (<i>GEPAR</i>).</p>
<p>Resultados</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resultados das ações - Resultados não previstos 	<p>A primeira avaliação dos resultados do programa demonstrou que, após seis meses de sua implantação, o número de homicídios na região piloto, o Aglomerado Morro das Pedras, havia reduzido em 47%. Perceberam-se também reduções, ainda que menores, em outras regiões violentas de Belo Horizonte.</p> <p>Além da redução no número de homicídios, percebeu-se que, a partir do projeto, a comunidade passou a se mobilizar e a participar mais das discussões e da constituição de redes locais para encaminhamentos e inclusão de seus problemas aos poderes públicos.</p>
<p>Recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recursos utilizados - Fontes dos recursos - Atores envolvidos 	<p>O recurso atual destinado pelo Governo do Estado às ações de proteção social do programa Fica Vivo! gira em torno de R\$ 7.500.000,00. O recurso é utilizado para contratação, manutenção e capacitação continuada da equipe técnica, execução de projetos institucionais, execução de projetos temáticos, capacitação / formação profissional de jovens e suporte às oficinas culturais.</p>
<p>Obstáculos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Situações que dificultaram a realização dos objetivos - Formas de enfrentamento 	<p>Dificuldades: aproximação com a comunidade local, mobilização dos diversos setores (escolas, unidades de saúde, órgãos da assistência social, cultura esporte e lazer etc.) para a discussão da trajetória dos jovens; a relação da polícia com as comunidades atendidas.</p> <p>Formas de enfrentamento: realização de reuniões de trabalho para tratar das dificuldades; eventos esportivos contando com a participação de jovens e policiais; inclusão dos jovens nas oficinas do programa.</p>

Jovens: vulnerabilidade e criminalidade

Nome do Projeto	Galera Nota 10
Responsáveis <ul style="list-style-type: none">- Nomes- Contatos	Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer Paulo Afonso Sampaio Tel.: (92) 3657-5896 / (92) 9981-7793 galeranota10@sejel.am.gov.br
Resumo <ul style="list-style-type: none">- Problema enfrentado- Resultados esperados- Estratégia utilizada	O programa Galera Nota 10 surgiu da necessidade de buscar soluções para o problema da criminalidade. Atualmente o programa compõe uma das ações do Plano de Revitalização da Segurança Pública do Estado do Amazonas, atendendo o público juvenil em situação de risco social e pessoal da cidade de Manaus. O projeto oferece atividades esportivas, artísticas, culturais e socioeducativas. Através dessas ações, o projeto busca combater a criminalidade, resgatar a plena cidadania e valorizar a cultura de paz e solidariedade.
Objetivo Geral <ul style="list-style-type: none">- O que se busca alcançar- Local- Duração	Promover a inclusão social para combater a violência entre jovens em situação de risco. O projeto é desenvolvido na cidade de Manaus desde 2002 e não tem prazo determinado.
Problema <ul style="list-style-type: none">- Situação a ser enfrentada	O grande número de adolescentes e jovens em situação de risco e/ou envolvidos em atividades violentas.
Antecedentes <ul style="list-style-type: none">- Situação do problema antes do projeto- Tentativas anteriores de resolver o problema	As estatísticas da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas apontavam que do total de ocorrências atendidas nas delegacias de Manaus (AM), 60% envolviam adolescentes ou jovens, tanto como vítimas como agressores.
Área e Público Alvo <ul style="list-style-type: none">- Local de atuação- População a quem o projeto procura atender	O programa funciona das 10h da noite às 3h da manhã, em 4 núcleos operacionais distribuídos pelas zonas geográficas de Manaus. O público-alvo do programa é formado por adolescentes e jovens entre 15 e 29 anos.

<p>Planejamento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estratégia e meios - Divisão de tarefas - Mudanças ocorridas no projeto 	<p>Através de atividades culturais, artísticas, esportivas e recreativas planejou-se contribuir para o pleno desenvolvimento como também tentar diminuir a vulnerabilidade dos adolescentes e jovens atendidos pelo projeto.</p> <p>Essas atividades servem como meio para trabalhar o espírito de cidadania, a tolerância, o respeito à vida humana e a consolidação da cultura da paz e combate à violência.</p> <p>O programa oferece as seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • esportivas: futebol de campo, futebol de salão, vôlei, queimada, rodas de capoeira, artes marciais, tênis de mesa, jogo de dama, xadrez, dominó e outros; • atividades artísticas e culturais: oficinas de dança, iniciação teatral, oficinas de percussão, teclado e canto/coral, oficina de desenho e pintura, fotografia, cinema e vídeo, Hip Hop e outros; • atividades socioeducativas: atendimento psicológico, pedagógico, jurídico e social, oficinas de prevenção às drogas, DST/AIDS, orientação e apoio sociofamiliar e cursos profissionalizantes.
<p>Resultados</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resultados das ações - Resultados não previstos 	<p>Não há informações.</p>
<p>Recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recursos utilizados - Fontes dos recursos - Atores envolvidos 	<p>Custo: R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) anuais provindos do Governo do Estado do Amazonas.</p>
<p>Obstáculos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Situações que dificultaram a realização dos objetivos - Formas de enfrentamento 	<p>Dificuldades encontradas:</p> <p>Deficiência de espaços públicos adequados para o funcionamento do programa. Como a maioria dos espaços pertencem ao governo municipal, as dificuldades se faziam maiores quando o grupo político municipal diferia do estadual. Esse foi um dos principais obstáculos para a expansão do programa para outros municípios amazonenses que também apresentam grau de vulnerabilidade de adolescentes e jovens.</p>

Pedestres: prevenção de atropelamentos

Nome do Projeto	Projeto Canteiros: Colhendo Segurança e Beleza para a Comunidade do Jardim Ranieri e Adjacências
Responsáveis <ul style="list-style-type: none">- Nomes- Contatos	Base comunitária do Jardim Ranieri Tel.: (11) 5833-2111
Resumo <ul style="list-style-type: none">- Problema enfrentado- Resultados esperados- Estratégia utilizada	O projeto Canteiros tem como objetivo reduzir e prevenir os atropelamentos em uma movimentada avenida do bairro Jd. Ranieri, zona sul da cidade de São Paulo. Para enfrentar o problema, foram instalados faixa e semáforo para a travessia de pedestres e um canteiro central ajardinado para impedir a passagem fora da área determinada.
Objetivo Geral <ul style="list-style-type: none">- O que se busca alcançar- Local- Duração	Reduzir e prevenir os atropelamentos que ocorriam na Estrada do M'Boi Mirim, no Jd. Ranieri (SP/SP), próximo à Base Comunitária.
Problema <ul style="list-style-type: none">- Situação a ser enfrentada	O número de atropelamentos, principalmente de crianças, que ocorriam na Estrada do M'Boi Mirim, próximo à Base Comunitária. Nessa região, passam cerca de 1.300 crianças, que atravessam a estrada para ir a uma das quatro escolas da região.
Antecedentes <ul style="list-style-type: none">- Situação do problema antes do projeto- Tentativas anteriores de resolver o problema	Em 2006, entre os meses de janeiro e fevereiro, ocorreram cinco atropelamentos, vitimando, em quatro deles, crianças. Esse número assustou os moradores do Jardim Ranieri que procuraram os policiais da Base Comunitária para pensar em como poderiam resolver o problema.
Área e Público Alvo <ul style="list-style-type: none">- Local de atuação- População a quem o projeto procura atender	O público-alvo do projeto é formado por pedestres que circulam pela Estrada do M'Boi Mirim no Jd. Ranieri (SP/SP).
Planejamento <ul style="list-style-type: none">- Estratégia e meios- Divisão de tarefas- Mudanças ocorridas no projeto	Para realizar o projeto, os policiais buscaram a prefeitura e os órgãos responsáveis pelo trânsito para autorizar e realizar parte do projeto. Os policiais procuraram ainda o projeto Pomar, que cuida da revitalização das margens dos Rios Pinheiros e Tietê, para pedir mudas de plantas para os canteiros.
Resultados <ul style="list-style-type: none">- Resultados das ações- Resultados não previstos	O resultado da ação foi uma significativa redução de 80% dos acidentes desde o início do projeto.

<p>Recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recursos utilizados - Fontes dos recursos - Atores envolvidos 	<p>O material necessário para construção do canteiro central foi doado por um comerciante local.</p> <p>A prefeitura, através de seu departamento de engenharia de tráfego, instalou a faixa de pedestre e o farol.</p> <p>O projeto foi coordenado pela base comunitária do Jd. Ranieri.</p>
<p>Obstáculos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Situações que dificultaram a realização dos objetivos - Formas de enfrentamento 	<p>As maiores dificuldades enfrentadas foram a falta de verba e a burocracia junto ao departamento de engenharia de tráfego para que o projeto fosse autorizado.</p> <p>Para enfrentar os problemas de recursos, foi realizada parceria com o comércio local e com o projeto Pomar do Governo do Estado.</p>

Residências: assaltos e furtos

Nome do Projeto	Rede de Vizinhos Protegidos
<p>Responsáveis</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nomes - Contatos 	<p>9ª Companhia Especial de Minas Gerais Capitão Sampaio Tel.: (33) 3411-3575</p> <p>8ª Companhia Especial de Minas Gerais Major Macdowel Tel.: (33) 3411-5877</p>
<p>Resumo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Problema enfrentado - Resultados esperados - Estratégia utilizada 	<p>Para reduzir e prevenir casos de assalto e furtos, policiais ligados ao projeto Rede de Vizinhos Protegidos orientam moradores sobre estratégias coletivas de proteção e prevenção e sobre a importância dos moradores informarem a polícia sobre situações suspeitas que percebem em sua vizinhança.</p>
<p>Objetivo Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> - O que se busca alcançar - Local - Duração 	<p>Reduzir o número de assaltos e furtos a residências, comércios, pessoas e automóveis que ocorriam nos bairros de algumas regiões de Belo Horizonte.</p> <p>O projeto iniciou-se em 2006 e não há prazo definido para terminar.</p>
<p>Problema</p> <ul style="list-style-type: none"> - Situação a ser enfrentada 	<p>A sensação de insegurança vivenciada por moradores de algumas regiões de Belo Horizonte percebida, principalmente, pelo grande número de assaltos e furtos que ocorriam na região.</p>

<p>Antecedentes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Situação do problema antes do projeto - Tentativas anteriores de resolver o problema 	<p>Não há informações.</p>
<p>Área e Público Alvo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Local de atuação - População a quem o projeto procura atender 	<p>Moradores dos bairros: Caiçara, Alto Caiçara, Adelaide, Padre Eustáquio, Carlos Prates, João Pinheiro, Dom Cabral, Coração Eucarístico, Minas Brasil, Pedro II e Vila Oeste, Alípio de Melo, Celso Machado, Califórnia, Bairro Castelo e Vila Isa..</p>
<p>Planejamento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estratégia e meios - Divisão de tarefas - Mudanças ocorridas no projeto 	<p>O projeto funciona através da formação de redes entre vizinhos. A rede é composta por um agrupamento de até seis residências circunvizinhas. A articulação da rede dá-se através da circulação da informação ou do pedido de socorro, caso uma situação problema ocorresse ou fosse identificada. Para isso, cada morador tem o contato de outro participante da rede e, caso houvesse alguma situação suspeita, seria responsável em comunicá-lo. Além de estabelecer esse fluxo de comunicação, os participantes também foram treinados sobre como deveriam agir caso identificassem alguma situação suspeita ou estivessem em situação de perigo. Ocorrendo alguma dessas situações, havia um código combinado (apito, por exemplo) que, ao ser identificado, disparava a rede de contatos entre os moradores ou com a polícia. O código era combinado entre os vizinhos e a polícia e periodicamente era trocado.</p>
<p>Resultados</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resultados das ações - Resultados não previstos 	<p>No bairro de Padre Eustáquio, onde foi primeiramente implantado o projeto, o índice de crimes violentos no bairro caiu 20%.</p>
<p>Recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recursos utilizados - Fontes dos recursos - Atores envolvidos 	<p>Não há informações.</p>
<p>Obstáculos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Situações que dificultaram a realização dos objetivos - Formas de enfrentamento 	<p>Não há informações.</p>

Residências: assaltos e furtos

Nome do Projeto	“Sem lugar para correr sem lugar para se esconder” (“Nowhere to run to nowhere to hide”)
Responsáveis <ul style="list-style-type: none">- Nomes- Contatos	Polícia de Staffordshire*, Reino Unido. Chefe Superintendente da citada polícia, Nick Howe. Tel.: 01785 234981 www.staffordshire.police.uk/
Resumo <ul style="list-style-type: none">- Problema enfrentado- Resultados esperados- Estratégia utilizada	Esse projeto tem como objetivo combater o aumento de assaltos a residências de Highfields (Staffordshire, Reino Unido). Para atingir esse objetivo, foi realizado um diagnóstico das áreas mais vulneráveis e críticas da região e do perfil dos assaltantes envolvidos nesses crimes. Pelo diagnóstico, identificou-se que a maioria dos crimes estava relacionada aos becos e pequenas vielas que se formavam entre as casas, o que facilitava o esconderijo e a fuga dos assaltantes. A partir da identificação desses fatores, foram propostas ações como: melhoria da iluminação, palestras e debates para orientar estratégias de proteção e prevenção de assaltos (ex. instalação de portões, travas e outros dispositivos de segurança), aumento de grupos de observação de crimes e melhora na comunicação entre polícia e comunidade.
Objetivo Geral <ul style="list-style-type: none">- O que se busca alcançar- Local- Duração	Diminuir o número de assaltos às residências de Highlands (Staffordshire, Reino Unido). O projeto foi realizado entre os anos de 2002 a 2005.
Problema <ul style="list-style-type: none">- Situação a ser enfrentada	Aumento de roubos a casas na região residencial de Highlands, na cidade de Staffordshire, Reino Unido.
Antecedentes <ul style="list-style-type: none">- Situação do problema antes do projeto- Tentativas anteriores de resolver o problema	De 2000 a 2002 ocorreram 121 roubos na região, duas vezes a média do Reino Unido. Todos tinham características similares. Até então, os problemas referentes à segurança eram enfrentados de forma tradicional (individualmente), sem a participação da comunidade.
Área e Público Alvo <ul style="list-style-type: none">- Local de atuação- População a quem o projeto procura atender	O público-alvo era formado pelos residentes de Highlands, bairro de classe média baixa na cidade de Staffordshire, Reino Unido. O projeto cobriu uma área de 23 ruas compostas de sobrados habitados, geralmente, por duas famílias.

Planejamento

- Estratégia e meios
- Divisão de tarefas
- Mudanças ocorridas no projeto

Polícia e comunidade realizaram um diagnóstico para a melhor compreensão do problema. Nele foram identificadas as áreas mais críticas e o perfil dos assaltantes. Essas informações permitiram levantar algumas hipóteses que subsidiaram a elaboração do projeto.

A Unidade de Redução de Crimes da Polícia apresentou projeto para receber apoio financeiro da Prefeitura.

Após ter conseguido financiamento, o projeto foi votado nas reuniões do conselho comunitário e foi acordado um plano de ação.

Para a ação, foram propostas as seguintes intervenções: instalação de portões e bloqueios que dificultassem ou impedissem o acesso aos becos e vielas; palestras e debates para discutir estratégias de segurança e proteção das residências; melhora da iluminação na região; aumento do número de grupos de observação de crimes; facilitação da comunicação entre polícia e comunidade.

Resultados

- Resultados das ações
- Resultados não previstos

O relatório do projeto indicou que em três anos foi reduzida a taxa de arrombamentos a casas na região em 67%, além da redução de 62,4% em arrombamentos de garagens.

Observaram-se também reduções de outros tipos de crimes na região, em cerca de 24%. Além disso, foi detectada pela comunidade uma redução de "comportamentos antissociais".

Recursos

- Recursos utilizados
- Fontes dos recursos
- Atores envolvidos

Foram gastas 72 mil libras para o projeto (cerca de 240 mil reais). Os recursos advieram da Prefeitura da cidade.

Participaram diretamente do projeto, a Unidade de Redução de Crimes da polícia, o conselho comunitário da cidade e os moradores de Highlands.

Obstáculos

- Situações que dificultaram a realização dos objetivos
- Formas de enfrentamento

Não há informações.

* **Staffordshire** é um condado da Inglaterra, na região de Midlands Ocidental e sua sede administrativa é Stafford. Conta com uma população total de 1.055.000 habitantes (2005), e densidade populacional de 388 hab./km².

Comércio: assaltos e furtos

Nome do Projeto

Base Comunitária Móvel

Responsáveis

- Nomes
- Contatos

Major João Carlos - 20ª Companhia PM do 16º Batalhão de Minas Gerais

Tel.: (31) 3465-6020

<p>Resumo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Problema enfrentado - Resultados esperados - Estratégia utilizada 	<p>Em Belo Horizonte, militares da 20ª Companhia do 16º Batalhão e moradores da região noroeste se uniram para conter a onda de crimes no comércio e criaram o Serviço de Policiamento Comunitário Móvel.</p> <p>Um trailer, adaptado para esse serviço, passou a ficar nas localidades diagnosticadas como mais sensíveis para tentar reduzir o número de crimes.</p>
<p>Objetivo Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> - O que se busca alcançar - Local - Duração 	<p>Reduzir o número de crimes contra comércios do bairro de Nova Floresta (Belo Horizonte, MG).</p> <p>Não há informações sobre a duração do projeto.</p>
<p>Problema</p> <ul style="list-style-type: none"> - Situação a ser enfrentada 	<p>Aumento do número de crimes contra o comércio que ocorriam, principalmente, no período da noite.</p>
<p>Antecedentes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Situação do problema antes do projeto - Tentativas anteriores de resolver o problema 	<p>Não há informações.</p>
<p>Área e Público Alvo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Local de atuação - População a quem o projeto procura atender 	<p>O projeto foi desenvolvido na área comercial de Nova Floresta, atendendo, principalmente, os comerciantes da região.</p>
<p>Planejamento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estratégia e meios - Divisão de tarefas - Mudanças ocorridas no projeto 	<p>O <i>trailer</i> foi equipado com rádio de comunicação operacional, rádio de comunicação da rede de vigilância comunitária, telefone móvel comunitário e computador com banda larga.</p> <p>Além da vigilância local, essa base também permitia que a população a utilizasse para o registro de evento de defesa social, consulta de logradouros, acesso a <i>sites</i> como o Governo do Estado, Polícia Militar, DETRAN, entre outros serviços. O local ocupado pela base era remanejado a cada dez dias e funcionava diariamente das 7h às 23h.</p>
<p>Resultados</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resultados das ações - Resultados não previstos 	<p>Os registros de ocorrência de 2006, ano em que o projeto teve início, apresentou queda de 49,2%, quando comparado aos números de 2005. Observou-se ainda que, entre março e abril de 2006, a queda já havia sido de 29,1%.</p>
<p>Recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recursos utilizados - Fontes dos recursos - Atores envolvidos 	<p>Não há informações.</p>
<p>Obstáculos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Situações que dificultaram a realização dos objetivos - Formas de enfrentamento 	<p>Não há informações.</p>

Programas de vigilância de bairro:

Crimes como roubos com invasão de residências, roubos de carros estacionados na rua e, mais recentemente, os “arrastões” em edifícios, em que grupos assaltam vários apartamentos em uma única ação são fontes de preocupação entre os moradores de grandes centros urbanos. São casos que merecem atenção não apenas por se tratarem de crimes, mas por representarem às vítimas uma vulnerabilidade e proximidade com a violência muito grande. Isso porque ocorrem dentro do espaço privado dessas pessoas ou muito próximo a ele, causando um impacto grande no sentimento de medo e insegurança.

A partir da percepção de problemas comuns e da sensação de insegurança de moradores de uma área, relacionada a crimes como arrombamentos de casas e veículos, foram desenvolvidos programas de parceria entre a comunidade e a polícia. Mostraremos aqui alguns desses programas.

Várias experiências foram inspiradas no modelo “*Neighbourhood Watch*” (Vigilância de bairro), bastante difundido nos Estados Unidos. Programas similares adotam nomes como “*Block Watch*” (Vigilância de quarteirão); “*Apartment Watch*” (Vigilância de apartamento); “*Home Watch*” (Vigilância de casa) e “*Community Watch*” (Vigilância comunitária), variando apenas em algumas características. O que todos têm em comum é a existência de um trabalho conjunto entre os moradores de uma determinada área e a polícia local para a prevenção de crimes, através da sistematização da vigilância em um determinado espaço geográfico definido.

Entre os aspectos mais importantes desses programas de vigilância de bairro está o fato de motivarem nos moradores um sentimento de identidade com o bairro para gerar, a partir disso, o senso de responsabilidade coletiva dos moradores em relação à sua segurança (Skolnick e Bayley, 2002).

Abaixo estão listadas algumas experiências internacionais e nacionais:

Austrália: Os programas de vigilância no bairro são desenvolvidos por voluntários. A comunidade local realiza uma reunião para a eleição do coordenador de um pequeno comitê, que manterá o contato com a polícia local e passará as informações ao comitê e aos moradores, através das reuniões e dos informativos. Entre os principais objetivos da organização estão: redução da ocorrência de crimes que podem ser prevenidos, aumento da notificação de crimes à polícia, melhora do nível de segurança de pessoas e das residências. O tamanho dos

grupos envolvidos no programa pode variar bastante. Alguns agrupam áreas entre 300 e 3.000 residências. Nos Estados Unidos, há grupos bem menores, formados por 20 a 30 residências e, na Grã Bretanha, a Polícia Metropolitana chega a trabalhar com grupos ainda mais reduzidos como o de uma única rua, por exemplo.

Inglaterra: Na comunidade de *Highfield*, em *Stafford*, foi desenvolvido um programa de recuperação do bairro. Tratava-se de uma área que concentrava muitos casos de arrombamentos de residências, boa parte deles envolvendo usuários de drogas. Esses casos acarretavam não apenas as perdas materiais com os objetos roubados e a desvalorização dos imóveis como também o sentimento de insegurança dos moradores. Foi então estabelecida uma parceria entre a polícia, o conselho de gestão da comunidade e os moradores. Além do objetivo de tornar as casas menos vulneráveis aos arrombamentos, o programa tinha também como meta restabelecer o sentimento de comunidade no bairro. Dentre as iniciativas tomadas, após a realização de um diagnóstico dos problemas que afetavam a região, estava o desenvolvimento e a manutenção do programa “*Neighbourhood Watch*”, a orientação dos moradores sobre estratégias para aumentar a segurança de suas residências, a instalação de grades em áreas vulneráveis e a atualização e capacitação dos agentes policiais para lidarem com as ocorrências que predominavam na área.

Experiências brasileiras:

Londrina (PR): Não se trata de um programa muito articulado com o poder público, mas os vizinhos, diante da ocorrência de vários crimes, uniram-se e deram início a um trabalho de vigilância na rua em que vivem. Todos os moradores têm os nomes e telefones de todos os vizinhos e ficam atentos à movimentação na rua. As casas da rua possuem uma placa informando sobre a vigilância com os dizeres: “Vizinhança Alerta: Estamos de olho em você”. Em um episódio específico, uma moradora impediu que um assaltante levasse o carro de um vizinho. Ao perceber o assalto, a mulher começou a gritar e todos os vizinhos saíram em auxílio. Posteriormente, foram adotados apitos, que os moradores carregam inclusive nos veículos. Ao perceberem algum problema, o barulho do apito funciona como um alarme, chamando a atenção dos vizinhos.

Nos mesmos moldes, em outro bairro dessa cidade, mas com a orientação da polícia comunitária, foi implementado o programa “Vizinhança Solidária”. Seguindo as orientações passadas pela própria polícia, um

morador acionou o 190 após perceber a movimentação suspeita em uma casa e três pessoas foram presas por tentativa de assalto.

Brasília (DF): No programa “Vizinhança Solidária do Lago Sul”, desenvolvido pelo CONSEG, 95% dos vizinhos de uma rua participavam do grupo. Além de trocarem informações, via *e-mail* e telefonemas, a respeito da segurança na rua também arcaram com os custos de instalação e manutenção de uma guarita com vigia durante 24 horas na rua. O objetivo dos moradores é compartilhar os problemas sobre segurança e auxiliar na vigilância das casas vizinhas.

Uberlândia (MG): O projeto “Vizinhança Solidária”, implementado por um Batalhão da Polícia Militar, segue as mesmas linhas de vigilância mútua entre vizinhos, com as casas identificadas por placas que informam: “Residência Monitorada - Vizinhança Solidária - Em parceria com a Polícia Militar”. Após a implementação do programa, um assalto a residência foi evitado e os assaltantes presos.

São Paulo (Campo Belo): As síndicas de quatro prédios de uma rua no bairro de Campo Belo criaram um bolsão de segurança, reunindo moradores de prédios e casas da rua. Com o objetivo principal de evitar os “arrastões” em edifícios, reuniram os porteiros para que todos se conhecessem, equiparam as portarias com rádios e capacitaram os funcionários no uso do equipamento. Criaram códigos de luz para situações de perigo, a iluminação do entorno dos edifícios foi melhorada e foram instaladas câmeras de segurança que tinham suas imagens exibidas não apenas para o prédio em que estava instalada como também para os prédios vizinhos. O trabalho conjunto resultou em uma série de vantagens, segundo seus idealizadores, que não se restringiram apenas à não ocorrência de crimes, mas também no barateamento dos equipamentos instalados e na legitimação das reivindicações feitas pelos moradores aos órgãos públicos.



POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Polícia e Comunidade na
Construção da Segurança

Cidadania

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social. (Fonte: DALLARI, 1998: p.14)

A cidadania tem três componentes: civil, político e social. Os direitos civis são indispensáveis às liberdades individuais e são institucionalizados pelo judiciário. A cidadania política garante o direito de participação no exercício do poder político dentro da comunidade, tanto através do voto quanto da atividade política. Cidadania social compreende o direito de participar de um padrão adequado de existência: esse direito está expresso na assistência social e no sistema educacional das sociedades modernas. (Fonte: Oxford Concise Dictionary of Sociology)

Crime

Ofensa que pode ocorrer tanto na esfera privada quanto na esfera pública, quebrando regras ou leis, às quais estão legitimamente atreladas punições e sanções que requerem a intervenção de uma autoridade pública. Uma definição jurídica de crime não é suficiente. Isso porque o que uma sociedade define como crime é construído socialmente e, por isso, não é absoluto, apresentando variações ao longo do tempo. (Fonte: Oxford Concise Dictionary of Sociology)

Crime organizado

Termo comumente utilizado para situações em que um grande número de pessoas, dentro de uma estrutura hierárquica, está engajada em um determinado padrão de atividade criminosa. As ativida-

des mais comuns são a extorsão e o fornecimento de bens e serviços ilegais, tais como bebidas, armas, drogas, jogos, lavagem de dinheiro e prostituição. Para ser bem-sucedido, o crime organizado envolve algum grau de corrupção ou intimidação da polícia ou de outros agentes que atuam na aplicação da lei. (Fonte: Oxford Concise Dictionary of Sociology)

Eficiência e Eficácia

Eficiência está diretamente associada a processos operacionais e a produtividade. Trata-se de realizar uma ação ou desempenhar uma tarefa da forma mais correta possível.

Eficácia, por sua vez, está ligada ao alcance dos resultados obtidos por uma ação (ou conjunto de ações). Trata-se de saber que tipo de mudanças o projeto trouxe para o contexto em que foi implementado, ou ainda qual foi seu impacto na vida das pessoas. Enquanto a eficiência define-se pela perfeita realização de uma tarefa, a eficácia dessa tarefa irá ser medida de acordo com a adequação de seus resultados frente aos objetivos anteriormente estabelecidos. Portanto, é possível que uma tarefa seja realizada de forma eficiente, mas não alcance os resultados esperados, apresentando pequena eficácia. (Fonte: FISCHMANN, Adalberto. O papel do Planejamento no Sistema de Justiça Criminal. Aula proferida no Curso de Gestão Organizacional em Segurança Pública e Justiça Criminal, promovido pelo NEV/USP, em julho de 2008)

Furto

Acontece quando alguém pega para si qualquer objeto móvel - pode ser dinheiro ou qualquer outro bem material - que seja de outra pessoa sem se utilizar para isso de violência física ou ameaça. (Fonte: Artigo 155, Código Penal)

Indicadores

Unidades de medida quantitativa. São instrumentos de gestão, essenciais nas atividades de monitoramento e avaliação de projetos, programas e políticas, pois permitem acompanhar a realização de metas, identificar avanços, ganhos de qualidade e problemas a serem corrigidos. (Fonte: FISCHMANN, Adalberto. *O papel do Planejamento no Sistema de Justiça Criminal. Aula proferida no Curso de Gestão Organizacional em Segurança Pública e Justiça Criminal, promovido pelo NEV/USP, em julho de 2008*)

Plano e Planejamento

Planejar é olhar para o que aconteceu e traçar um caminho que orientará as ações para alcançar um objetivo estabelecido. Os planos, por sua vez, estabelecem quais e como serão as etapas desse caminho. Portanto, os planos, em conjunto, compõem o planejamento.

Em outras palavras, entre o problema identificado e seu enfrentamento, várias são as alternativas de ação, pois um mesmo problema pode ser tratado de diferentes formas. A opção entre as diferentes possibilidades deve ser feita com base no diagnóstico do problema, nos recursos disponíveis e também nos possíveis fatores imprevisíveis que devem ocorrer ao longo do projeto. Assim, contando que o planejamento é uma atividade contínua, os planos podem ser reavaliados e modificados de acordo com a exigência das circunstâncias.

Os conceitos de plano e planejamento ajudam a pensar os projetos de policiamento comunitário não de maneira estática, mas como um processo contínuo. Assim como o contexto onde será desenvolvida a ação está em constante transformação, o processo de atuação também deve ter essa flexibilidade para que os resultados estabelecidos no planejamento sejam, ao máximo, alcançados. (Fonte: FISCHMANN, Adalberto. *O Papel do Planejamento no Sistema de Justiça Criminal. Aula proferida no Curso de Gestão Organizacional em Segurança Pública e Justiça Criminal, promovido pelo NEV/USP, em julho de 2008*)

Polícia

A polícia é uma organização mantida pelo Estado, autorizada a aplicar a força física para proteger as pessoas, seus pertences e o patrimônio público. É responsável por aplicar a lei, garantir a ordem pública, prevenir e descobrir crimes. No Brasil, essa competência para organizar e garantir a segurança pública é dividida entre os Estados e o Governo Federal.

Políticas públicas

Conjunto de ações ou normas de iniciativa governamental, visando determinados objetivos. Nessa perspectiva, política pública tem sempre caráter estatal, ainda que sua execução através de programas, projetos e atividades possa envolver agentes privados, ONGs, por exemplo. Política pública está intimamente ligada à atividade política, desde a etapa da apresentação das plataformas dos candidatos - onde algumas políticas públicas têm destaque - no período das eleições, até a luta pela inscrição no orçamento de recursos para execução dessa ou daquela política pública. (Fonte: www4.prossiga.br/Políticas-Publicas/oquee.html - último acesso em 28/08/2008)

Roubo

Acontece quando alguém pega para si qualquer objeto móvel - que pode ser dinheiro ou outros bens materiais - de outra pessoa, usando para isso qualquer tipo de violência ou ameaça. (Fonte: *Artigo 155, Código Penal*)

Segurança pública

“...o conjunto de ações voltadas para assegurar a convivência ordenada, pacífica e tranquila dos indivíduos, grupos e organizações da sociedade, realizadas por agentes públicos especializados (policiais e guardas), com maior ou menor grau de profissionalização. Nesse sentido, o conceito de segurança pública passou a ser crescentemente utilizado em oposição ao conceito de segurança privada, na medida em que o primeiro diz respeito à segurança provida por agentes públicos e o segundo diz respeito à segurança provida por agentes privados”.

“Em regimes democráticos, o conceito de segurança pública tende a fazer referência principalmente à garantia dos direitos dos cidadãos, particularmente à vida, à liberdade, e à igualdade de todos perante a lei, elementos fundamentais do ‘estado de direito’. Em regimes autoritários, ao contrário, o conceito de segurança pública tende a fazer referência principalmente à garantia da lei e da ordem pública no interior do Estado, sendo muitas vezes associado ao conceito de ‘segurança interna’, por oposição à ‘segurança externa’, as duas faces do conceito de ‘segurança nacional’”. (Fonte: MESQUITA NETO, Paulo de. Segurança Pública, in Sexta-Feira, Nº 8. São Paulo: Editora 34, 2006, pp. 238-244)

Sociedade civil

Sociedade civil refere-se ao espaço das ações coletivas e voluntárias, em torno de interesses, propósitos e valores. A sociedade civil comumente envolve uma diversidade de espaços, atores e formas institucionais, variando em seu grau de formalidade, autonomia e poder. Sociedades civis são frequentemente formadas por organizações como instituições de caridade, organizações não-governamentais, grupos comunitários, organizações femininas, organizações religiosas, associações profissionais, sindicatos, grupos de autoajuda, movimentos sociais, associações comerciais e grupos ativistas. (Fonte: www.lse.ac.uk/collections/CCS/introduction.htm - último acesso em 28/08/2008)

Terceiro Setor

É o “conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos”. Apesar de privadas, não geram lucros e respondem a necessidades coletivas. Coexiste com dois outros setores: Primeiro Setor, representado pelo governo, que tem a função administrativa dos bens públicos, tanto no âmbito municipal, estadual como federal; e o Segundo Setor, representado pelo mercado, ocupado pelas empresas privadas com fins lucrativos. (Fonte: FERNANDES, 1994: 21)

Violência

“Uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”. (Fonte: Organização Mundial da Saúde, 2002: p. 5)

“Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais”. (Fonte: MICHAUD, 1989: 10-11)

“Violência vem do latim violentia que remete a vis (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo para exercer sua força vital). Essa força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É portanto a percepção do limite ou da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar o ato como violento, percepção essa que varia cultural e historicamente”. (Fonte: ZALUAR, 1999: 28)

Violência policial

São práticas policiais arbitrárias, abusivas ou claramente ilegais, resultantes de emprego excessivo da força na repressão legal ou em ações ilícitas, que resultam em vítimas que sofreram algum tipo de violação dos seus direitos fundamentais, como os direitos à vida, integridade física, proibição da tortura ou tratamento cruel, proibição da prisão arbitrária, entre outros. (Fonte: NEV-USP, Banco de Dados da Imprensa sobre as Graves Violações dos Direitos Humanos)

GLOSSÁRIO DE INSTITUIÇÕES

Conselho Tutelar: é o órgão responsável por fiscalizar se os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente estão sendo cumpridos. Cada cidade deve ter obrigatoriamente pelo menos um Conselho Tutelar, mantido pelo governo municipal. Em cada Conselho trabalham cinco Conselheiros, escolhidos pela comunidade para um mandato de 3 anos. Os Conselheiros são os principais responsáveis para fazer valer esses direitos e dar os encaminhamentos necessários para a solução dos problemas referentes à infância e à adolescência. Podem ser encaminhados para o Conselho Tutelar casos de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão que tenham como vítimas crianças ou adolescentes. Ao receber denúncia de que alguma criança ou adolescente está tendo seu direito violado, o Conselho Tutelar passa a acompanhar o caso para definir a melhor forma de resolver o problema.

Por exemplo, se os pais de uma criança ou adolescente não encontram vagas para seus filhos na escola ou, ainda, se a criança ou adolescente estiver precisando de algum tratamento de saúde e não for atendido, o Conselho Tutelar pode ser procurado. Nesses casos, o Conselho tem o poder de requisitar que os serviços públicos atendam a essas necessidades. Requisitar, aqui, não é mera solicitação, mas é a determinação para que o serviço público execute o atendimento. Casos as requisições não sejam cumpridas, o Conselho Tutelar encaminhará o caso ao Ministério Público para que sejam tomadas as providências jurídicas.

Corpo de Bombeiros: é treinado para garantir a defesa civil em casos de desastres, incêndios, catástrofes, desabamentos, ventanias, secas prolongadas, enchentes etc. Dependendo do Estado, pode ou não estar subordinado à Polícia Militar.

Defensoria Pública: é o órgão destinado a garantir assistência jurídica a todos os cidadãos que não possam pagar um advogado em caso de necessidade. Isso significa que o governo tem o dever de prestar essa assistência, do começo ao final do processo, sem qualquer custo.

Guarda Civil: guarda mantida pelos governos municipais que atua protegendo o patrimônio e lugares públicos municipais. Cada guarda metropolitana tem sua regulamentação própria e suas atribuições podem variar. Em São Paulo, por exemplo, essa é uma corporação armada e uniformizada, à qual cabe também o policiamento e a fiscalização do trânsito. O Coordenador de Segurança Urbana, auxiliar direto do prefeito, é o responsável pelas ações da Guarda Civil Metropolitana na cidade de São Paulo.

Judiciário: cumpre a função de garantir o direito das pessoas e promover a Justiça, aplicando as leis em questões:

- Cíveis, buscando solucionar conflitos que possam surgir entre pessoas, empresas, instituições etc.;
- Penais, impondo penas àqueles que cometem algum crime;
- Federais, julgando casos que forem de interesse da União, das autarquias ou das empresas públicas;
- Trabalhista, buscando resolver conflitos entre trabalhadores e empregadores;
- Eleitorais, garantindo que o processo eleitoral seja honesto;
- Militares, processando e julgando os crimes militares.

No Brasil, o Poder Judiciário obedece a uma ordem hierárquica de instâncias em 3 graus, isso significa que um mesmo caso pode ser julgado e passar por 3 graus do Poder Judiciário até que uma decisão final, à qual não cabe recurso, seja tomada. A primeira instância é aquela que primeiro analisa e julga um caso apresentado ao Judiciário, geralmente representada pelos juízes. Quando um juiz toma uma decisão a respeito de uma ação, diz-se que existiu uma sentença de 1ª instância, já que caso uma das partes interessadas do processo (autor ou réu) não concorde com a decisão pronunciada pelo juiz, pode apelar para que o caso seja analisado em 2ª instância, isto é, pode pedir para que a decisão seja reavaliada.

A segunda instância reexamina a decisão que havia sido tomada em primeira instância, tendo poder para modificá-la ou mantê-la. Casos controversos podem ainda ser enviados a uma 3ª instância de poder, que toma uma decisão final, à qual não cabe mais recurso.

Ministério Público (MP): é uma espécie de “advocacia pública”, mantida por lei para defender os interesses da administração pública e de toda a população. Fazem parte do Ministério Público os procuradores (federais, estaduais e municipais) e os promotores de justiça e do trabalho; a eles cabe a tarefa de defender o interesse que não pertence a uma só pessoa, mas a toda a população (interesse público).

No exercício de suas atribuições constitucionais e legais, o Ministério Público pode atuar junto ao judiciário ou não. Por exemplo, quando alguém pratica um crime, será acusado por um membro do Ministério Público (promotor), que o denunciará ao Judiciário, e se a denúncia for aceita, o processo terá prosseguimento. Entretanto, quando o Mi-

nistério Público age na defesa de direitos sociais, como os relativos à saúde, à educação, aos direitos das crianças e dos adolescentes, das pessoas portadoras de deficiência, poderá agir extrajudicialmente ou perante o poder Judiciário.

Polícia Civil: atua após a ocorrência de um crime. Ela é a encarregada de registrar (registro do B.O. - Boletim de Ocorrência) e investigar ocorrências, e é responsável pela prisão de acusados de infringir a lei. Cuida do inquérito policial, que é comandado por um delegado, onde são buscadas as provas e ouvidas as testemunhas sobre o que aconteceu. Esse inquérito é o documento que fornece dados para os delegados e promotores iniciarem ou não processos criminais.

Polícia Militar: tem como funções principais inibir possíveis atos criminosos a partir da sua presença visível (por isso o uso de uniforme) e constante (policimento ostensivo) nos espaços públicos, e quando necessário perseguir infratores e efetuar prisões desde que estejam de acordo com lei.

SIGLAS UTILIZADAS

ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações

CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG

CINDS - Centro Integrado de Informações de Defesa Social

CONSEG - Conselho Comunitário de Segurança

CONSEP - Conselho Comunitário de Segurança Pública

CRISP - Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública

CTV - Comissão Teotônio Vilela

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GEPAR - Grupamento Especializado em Policiamento de Áreas de Risco

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ILANUD - Instituto Latino-Americano para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente

INESC - Instituto de Estudos Econômicos

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MP - Ministério Público

NAL - Núcleo de Ação Local

NEV/USP - Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo

ONGs - Organizações Não Governamentais

PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD)

SEDH - Secretaria Especial dos Direitos Humanos

SEDS - Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAYLEY, David H. & SKOLNICK, Jerome H. *Nova Polícia: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas*. São Paulo: EDUSP, 2001. (Série Polícia e Sociedade)
- BAYLEY, David H. *Padrões de Policiamento: Uma análise Internacional Comparativa*. São Paulo: Edusp, 2001. (Série Polícia e Sociedade)
- BAYLEY, David H. (Editor). *What Works in Policing*. New York: Oxford University Press, 1998.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 1999.
- BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. 6ª ed. Brasília: Editora UNB, 1994.
- BRASIL. Presidência da República. Subchefia de Assuntos Jurídicos. *Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal*. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil-03/Decreto-Lei/Del2848.htm. (último acesso em 10/06/2008).
- BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária*. Brasília, 2006.
- CARDIA, Nancy. *O Policiamento que a Sociedade Deseja. Relatórios da Pesquisa*. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, 2003. Relatório Técnico. Disponível em: www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=category§ionid=9&id=51&Itemid=124 (último acesso em 28/08/2008).
- DALLARI, D.A. *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998.
- ERNESTO, Leandro M. *O Policiamento Comunitário Reduz a Violência Policial? Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2008*. Disponível em: www.forumseguranca.org.br/artigos/o-policiamento-comunitario-reduz-a-violencia-policial (último acesso em 10/02/2009).
- FERREIRA, Helder; FONTOURA, Natália. *O Sistema de Justiça Criminal no Brasil: quadro institucional e um diagnóstico da situação*. Brasília: IPEA, mar., 2008. Disponível em: www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1330.pdf (último acesso em 10/02/2009).
- FERNANDES, R. C. *Privado Porém Público: O Terceiro Setor na América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1994.
- FISCHMANN, Adalberto. *O Papel do Planejamento no Sistema de Justiça Criminal*. Curso de Gestão Organizacional de Segurança Pública e Justiça Criminal / Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP), São Paulo, 2008.
- ILANUD (Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente). *Polícia Comunitária: pesquisa e avaliação da experiência no município de São Paulo*. Revista do ILANUD, nº 19, São Paulo, 2002.
- MARSHALL, Gordon. *The Oxford Concise Dictionary of Sociology*. 2º ed. New York: Oxford University Press, 1998

- MESQUITA NETO, Paulo de. Segurança, Justiça e Direitos Humanos no Brasil. In LIMA, Renato S.; PAULA, Liana de (eds.). *Violência e Segurança Pública: O Estado está cumprindo o seu papel?* São Paulo: Editora Contexto, 2006, p. 53-64.
- _____. Segurança Pública. *Revista Sexta-Feira*, São Paulo: Editora 34, v. 8, p. 238-244, 2006.
- _____. Políticas de Segurança Cidadã: Problemas e Soluções. São Paulo: Friedrich Ebert Foundation. Série Análises e Propostas 33, 2006.
- _____. La Policía Comunitária en São Paulo: problemas de implementación y consolidación. In Fruhling, Hugo (ed.), *Calles Más Seguras: Estudios de policía comunitária em América Latina*. Washington, DC: Banco Interamericano de Desarrollo, p. 109-137, 2004.
- _____. Pesquisa e Prática Policial no Brasil. In: Tavares dos Santos, José Vicente et. al. *As Universidades e a Construção de Novos Modelos de Polícia*. Porto Alegre: Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul. Coleção Polícia e Democracia, v. 1, p. 55-81, 2003.
- _____. Policiamento Comunitário: a experiência de São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo: Revista dos Tribunais., 1999, nº 25, p. 281-292.
- MICHAUD, Yves. *Violência*. São Paulo: Ática, 1989.
- OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- PELLEGRINI, Natal. Da Discriminação ao Policial Comunitário. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, 2007. Disponível em: www.forumseguranca.org.br/artigos/da-discriminacao-ao-policial-comunitario (último acesso em 10/02/09).
- POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. A Filosofia de Polícia Comunitária na Polícia de Minas Gerais. Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública, nº 4. CG, 2002. Disponível em: www.forumseguranca.org.br/referencias/a-filosofia-de-policia-comunitaria-na-pmmg (último acesso em 10/02/2009).
- RACHENBERG, Lígia. *A Polícia Que Dá Certo*. Experiências vencedoras do prêmio polícia cidadã. Instituto Sou da Paz - Apoio Ford Foundation, 2005.
- REIS, Liliane G. da Costa. Avaliação de Projetos como Instrumento de Gestão. Rede de Informações para o Terceiro Setor. 1999. Disponível em: www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_tmasant_nov99.cfm (último acesso em 05/11/2008).
- SHERMAN, Lawrence W. The Police. In James Q. Wilson; Joan Petersilia (eds.). *Crime, Center for Self-Governance*. San Francisco, 1995, p. 327 - 348.
- SCOTT, Michael. Policiamento Orientado para a Resolução de Problemas e Reforma Policial. Trad. Aline Gatto Boueri, 2007. Disponível em: www.comunidadessegura.org/?q=pt/node/33270 (último acesso em 10/02/2009).
- SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. *Policiamento Comunitário: Questões e Práticas através do Mundo*. São Paulo: EDUSP, 2002. (Série Polícia e Sociedade).
- TROJANOWICZ, Robert.; BUCQUEROUX, Bonnie. *Policiamento Comunitário: como começar*. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994. Reeditado pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1999.
- ZALUAR, Alba. Violência e crime. In: Miceli, Sérgio. (ed). *O que ler nas ciências sociais no Brasil (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré, ANPOCS, p. 28, 1999.

Universidade de São Paulo

Núcleo de Estudos da Violência

Coordenação: Sérgio Adorno – Coordenador Científico
Nancy Cardia – Coordenadora Adjunta
Paulo Sérgio Pinheiro – Coordenador CEPID

Coordenação do Projeto: Nancy Cardia
Paulo de Mesquita Neto

Coordenação do Campo: Viviane de Oliveira Cubas

Equipe: Bruna Charifker
Diego Jair Vicentin
Eduardo Manoel de Brito
Frederico Castelo Branco
Giana Guelfi
João Carlos Borghi Nascimento Bruder
Moisés Baptista
Renato Alves
Vitor Souza Lima Blotta

Equipe Administrativa: Adoralina Rodrigues Bruno
Ismael Ferreira Silva da Silva
Jucília A. Pereira
Margarailza de Jesus Souza
Sérgia Maria Souza Santos

Colaboradores: Este manual foi submetido à apreciação de policiais e representantes da sociedade civil de seis capitais brasileiras para a realização da sua versão final.

Gostaríamos de agradecer a todos que participaram das consultas. Suas críticas e sugestões foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Agradecemos, em especial, a todos os nossos parceiros que se disponibilizaram para a organização das reuniões:

Belo Horizonte Sílvia Listgarten – SEDS (*Secretaria de Estado de Defesa Social*)

Ediane Pereira de Oliveira – SEDS (*Secretaria de Estado de Defesa Social*)

Alexandre Magno de Oliveira – Capitão da Polícia Militar

Kátia Simões – Projeto Fica Vivo!

Ariane Gontijo – Projeto Mediação de Conflitos

Cuiabá Auremácio de Carvalho – Ouvidor de polícia

Gley Alves – Tenente Coronel da Polícia Militar

Gentil Silva – Tenente da Polícia Militar

Curitiba Gilmar Stabach – Tenente da Polícia Militar

Aramis Linhares Serpa – Coronel da Polícia Militar

Hildemar José Stabach – Tenente da Polícia Militar

Manaus Júlia Belota – Delegada de Polícia

Paulo Afonso – Projeto Galera Nota Dez

Recife Luiz Geraldo Leite de Assunção – Fórum Estadual de Gestores de Segurança Pública

São Paulo Comissão Estadual de Polícia Comunitária da Polícia Militar

Renato Sansone – professor da Academia de Polícia Civil

Agradecemos também ao sr. Luiz Ricardo Duarte – Major da PM e Coordenador de Polícia Comunitária da Polícia Militar de Santa Catarina.

Agradecimentos:

Dedicamos este Manual a Paulo de Mesquita Neto.

Paulo, desde o início dos debates sobre o policiamento comunitário se envolveu com o tema. Participou das missões ao Canadá acompanhando policiais civis e militares, membros da sociedade civil e jornalistas para conhecer de perto e debater com os policiais a experiência do Canadá. Integrou a Comissão de Acompanhamento do Policiamento Comunitário da Polícia Militar do Estado de São Paulo desde sua criação, deu aulas nos primeiros cursos de capacitação de policiais militares para o policiamento comunitário e participou das primeiras tentativas de avaliação dessa experiência. Ao longo dos anos, Paulo manteve seu empenho pela implantação do policiamento comunitário, mesmo quando o interesse dos governantes por esse policiamento parecia declinar.

Sua dedicação aos estudos da polícia, da reforma das polícias, da segurança pública, dos direitos humanos e da democracia tinha por objetivo dar informações para a sociedade para que todos pudessem fruir de uma vida melhor, com mais garantias e mais segurança.

NEV

Núcleo de Estudos da Violência

USP

www.nevusp.org

